

RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

Aprovado em reunião do Conselho de Gestão de 28 de abril de 2021

Índice

1. Introdução	5
<i>Enquadramento Institucional</i>	5
<i>Objetivos e Estatutos</i>	5
2. Atividades	6
<i>Investigação e Transferência</i>	9
3. Execução Orçamental	12
4. Demonstrações Financeiras.....	22
5. Análise Financeira	25
<i>a) Situação financeira geral</i>	25
<i>Balanço</i>	25
<i>Demonstração de Resultados</i>	27
<i>b) Situação financeira específica</i>	28
<i>c) Rendimentos</i>	36
<i>d) Gastos</i>	44
<i>e) Proposta de Aplicação de Resultados</i>	52
6. Organização Interna	53
7. Acontecimentos após a data de relato	66
8– Notas sobre a contabilidade analítica	66
Anexo I – Balanço Social	68

Índice de Quadros

Quadro 1 – Saldo da Gerência Anterior	12
Quadro 2 – Comparação das receitas arrecadadas em 2019 e 2020	13
Quadro 3 – Receita por Classificação Económica	15
Quadro 4 – Comparação entre o orçamento inicial e as receitas arrecadadas	16
Quadro 5 – Reforço Orçamento do Estado	16
Quadro 6 – Despesa por Classificação Económica	18
Quadro 7 – Despesa por Fonte de Financiamento	19
Quadro 8 – Saldo para a Gerência Seguinte	21
Quadro 9 – Balanço e 2020	23
Quadro 10 – Demonstração de Resultados	24
Quadro 11 – Alterações nos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	28
Quadro 12 – Investimentos Financeiros	29
Quadro 13 – Dívida de Propinas	29
Quadro 14 – Dívida de Clientes	30
Quadro 15 – Outras Contas a Receber	30
Quadro 16 – Diferimentos – Ativo	30
Quadro 17 – Caixa e Depósitos	31
Quadro 18 – Alterações ao Património Líquido	32
Quadro 19 – Provisões	33
Quadro 20 – Dívida a Fornecedores c/c	33
Quadro 21 – Estado e Outros Entes Públicos	34
Quadro 22 – Subsídios Reembolsáveis – POSEUR	34
Quadro 23 – Dívida a Fornecedores de Investimentos	35

Quadro 24 – Outras Contas a Pagar	35
Quadro 25 – Diferimentos – Passivo	36
Quadro 26 – Estrutura de rendimentos	36
Quadro 27 – Vendas	38
Quadro 28 – Prestações de Serviços	39
Quadro 29 – Impostos e Taxas	40
Quadro 30 – Transferências e Subsídios Correntes	41
Quadro 31 – Imparidades de Ativos	42
Quadro 32 – Outros rendimentos e ganhos	43
Quadro 33 – Estrutura de Gastos	44
Quadro 34 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	45
Quadro 35 – Fornecimentos e Serviços Externos	46
Quadro 36 – Outros Fornecimentos e Serviços Externos	47
Quadro 37 – Gastos com o Pessoal	48
Quadro 38 – Transferências e Subsídios Concedidos 2020 e 2019	50
Quadro 39 – Provisões	50
Quadro 40 – Outros Gastos e Perdas	51
Quadro 41 – Gastos com Depreciações e Amortizações	51

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição por Domínios Científicos dos investigadores doutorados.....	10
Gráfico 2 – Total de Receita.....	14
Gráfico 3 – Estrutura de Rendimentos – 2020	37
Gráfico 4 – Estrutura de Gastos – 2020	45
Gráfico 5 – Fornecimentos e Serviços Externos – 2020	47
Gráfico 6 – Gastos com Pessoal – 2020	49
Gráfico 7 – Gastos de Depreciação e de Amortização – 2020	52

1. Introdução

Enquadramento Institucional

A Universidade do Algarve, tal como existe neste momento, resultou da união das duas instituições previamente existentes: a Universidade do Algarve, criada pela Lei n.º 11/79 de 28 de março e o Instituto Politécnico de Faro, criado pelo decreto-lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro.

Em 1982 foi nomeado o primeiro reitor da Universidade do Algarve, o Prof. Doutor Gomes Guerreiro, a quem sucederam o Prof. Doutor Lloyd Braga (1986), o Prof. Doutor Montalvão Marques (1990), o Prof. Doutor Alte da Veiga (1993), o Prof. Doutor Adriano Pimpão (1998), o Prof. Doutor João Guerreiro, (2006), o Prof. Doutor António Branco (2013). O atual reitor, o Prof. Doutor Paulo Águas, iniciou o seu mandato em dezembro de 2017.

Perante a aprovação dos Estatutos da Universidade do Algarve, entendeu o Governo que era necessário criar um enquadramento legal adequado à nova realidade, não só em termos de património como de meios humanos e, através do decreto-lei n.º 241/92, de 29 de outubro, decretou a extinção do Instituto Politécnico de Faro.

A Universidade do Algarve é, assim, uma instituição diferente das outras Universidades, dado coexistirem no seu seio Unidades Orgânicas de Ensino Superior Universitário e de Ensino Superior Politécnico, em situação próxima da paridade.

Objetivos e Estatutos

- Definida como pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, a Universidade do Algarve tem por fins fundamentais, de acordo com os seus Estatutos:
- A formação humanística, cultural, artística, científica, técnica e profissional;
- A realização de investigação científica de alto nível e o desenvolvimento experimental, promovendo a difusão dos seus resultados e a valorização social e económica do conhecimento e da inovação organizacional;
- A colaboração com entidades públicas e privadas;
- A promoção da internacionalização das suas atividades;

- A criação de instrumentos de promoção, sustentabilidade e avaliação, interna e externa da qualidade e de prestação de contas, baseados em padrões reconhecidos e comparáveis no plano internacional.

2. Atividades

O Orçamento do Estado para 2020 foi aprovado pela Lei n.º 2/2020 de 31 de março, o mesmo determina à Universidade do Algarve um orçamento de receita e despesa no montante de 63 920 061€.

Em 2020 não foi publicado o Decreto-lei de Execução Orçamental, aplicando-se as normas estabelecidas para o ano de 2019, publicadas pelo Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho.

O ano 2020 foi determinantemente marcado pela pandemia COVID19.

No dia 18 de março de 2020 foi decretado o 1.º estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, que se prolongou até dia 2 de maio de 2020.

A partir daí passou a vigorar o estado de calamidade, decretado pelo Governo através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de abril, que foi prorrogado 4 vezes até 30 de julho de 2020.

Em 31 de agosto de 2020 foi decretada a situação de contingência e alerta que perdurou até 31 de outubro de 2020.

Entre 01 de novembro e 5 de novembro de 2020 vigorou o 2.º estado de calamidade.

A 6 de novembro de 2020 foi declarado o 2.º estado de emergência, que se manteve e ultrapassou o final do ano de 2020.

Em 2020 foi dada continuidade à política de contenção da despesa, destacando-se as seguintes medidas:

- i) Continuação do esforço para não aumentar os encargos com o pessoal, reduzindo progressivamente o número de ETI's (Equivalente a Tempo Inteiro);
- ii) Garantia de cobertura dos encargos fixos nos novos projetos;
- iii) Definição de valores mínimos a cobrar pelos serviços prestados.

Ao longo do ano de 2020, no âmbito da gestão e eficiência do funcionamento da instituição, foram adotadas um conjunto de medidas, das quais destacam-se:

- Despacho RT.04/2020 - Férias do pessoal – 2020

- Despacho RT.10/2020 - Preparação do ano letivo 2020/21 – Calendário das tarefas
- Despacho RT.11/2020 - Calendário Escolar 2020/21
- Despacho RT.30/2020 - Plano de Contingência da Universidade do Algarve para o Coronavírus SARS-CoV-2/COVID-19
- Despacho RT.31/2020 - Plano de Contingência. Centro de Emergência da Universidade do Algarve (CEUAlg)
- Despacho RT.33/2020 – Suspensão das Atividades Letivas Presenciais de 12 a 27 de março de 2020
- Despacho RT.34/2020 – Suspensão do atendimento presencial
- Despacho RT.35/2020 – Ensino a distância
- Despacho RT.36/2020 – Recomendações aos Estudantes
- Despacho RT.37/2020 – Organização da Prestação do Trabalho
- Despacho RT.38/2020 – Horários de encerramento
- Despacho RT.56/2020 - Contratação de docentes convidados
- Despacho RT.60/2020 – Preparação do ano letivo 2020/2021 – Alteração na calendarização de algumas tarefas constantes do Despacho RT.10/2020 de 24 de janeiro
- Despacho RT.77/2020 – Propinas dos Cursos de Técnico Superior Profissional (CTeSP), de 1º, 2º e 3º ciclos de estudos e de Mestrado Integrado para o ano letivo 2020/21
- Despacho RT.78/2020 – Reavaliação das medidas excecionais e temporárias aprovadas por despachos reitorais em razão da pandemia por COVID-19
- Despacho RT.82/2020 – Calendário Académico ano letivo 2020/2021
- Despacho RT.108/2020 - Atualização do Plano de Contingência da Universidade do Algarve para o Coronavírus SARS-CoV-2/COVID-19
- Despacho RT.131/2020 - Horários de entrada nos Campi da Universidade do Algarve – revogação dos Despachos RT.127/2020 e RT.128/2020

Relativamente ao património imobiliário da Universidade, este encontra-se todo registado em nome da instituição.

O *campus* da saúde, onde funcionou a Escola Superior de Saúde de Faro, não está registado em nome da UAlg. Nos termos do Decreto-Lei n.º 30/2019, de 26 de fevereiro, este edifício está referenciado para integrar o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, destinado para residência de estudantes.

Porém, nos termos da al. c) do n.º 1 do art. 3.º do Decreto-lei n.º 5/2021 de 11 de janeiro, este imóvel irá sair definitivamente da orla patrimonial da Universidade do Algarve, para ser afeto ao desempenho das atribuições e competências da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária.

Este diploma determina ainda a integração no património da Universidade do Algarve do Prédio onde funciona a sede da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária, sito na Rua do Município, números 5, 7, 9, 11, 17, 19, 21, 23 e 25 e na Rua Rasquinho número 12, em Faro.

Em 2020, manteve-se o objetivo na consolidação e desenvolvimento das ferramentas informáticas utilizadas na Universidade do Algarve, nomeadamente:

- SGD UAlg – Sistema de Gestão Documental (Plataforma informática de gestão de fluxos de documentos, que permitirá uma desmaterialização de processos);
- SIGES UAlg - Sistema de Gestão Académica para a Universidade do Algarve (Aplicação informática de gestão académica, com funcionalidades de gestão pedagógica);
- Software Primavera (Aplicação Informática que integra a gestão das áreas financeira, recursos humanos e projetos de investigação).

Desde 2017 que estão em vigor os seguintes manuais de procedimentos, bem como o Manual de Controlo Interno, que se encontram em processo de atualização:

- PCI-D-07 Despesa: Aquisição de bens e serviços – Ajuste Direto – Regime Geral – Pessoas Coletivas;
- PCI – R – 01 Receita: Aluguer e Cedência de Espaços;
- PCI – D – 01/A Despesa: Aquisição de bens e serviços: Ajuste direto simplificado – Pessoas coletivas – Bens de consumo corrente, bens de capital (imobilizado), exceto equipamento informático;
- PCI – D – 01/B Despesa: Aquisição de bens e serviços: Ajuste direto simplificado – Pessoas coletivas – Equipamento informático;
- PCI-D-08 Despesa: Aquisição de bens e serviços – Concurso Público;
- PCI-DP-01 Despesa de Pessoal: Deslocações e equiparação a bolseiro;
- PCI-D-06 Despesa: empreitadas de Obras Públicas;

- PCI-D-05 Despesa: Fundo de Maneio;
- PCI-DP-04 Despesas com Pessoal: Processamento de vencimentos, abonos e descontos;
- PCI-D-04 Despesas: Aquisição de bens e serviços – Despesas inerentes a contratos de fornecimento contínuo;
- PCI-D-03 Despesa: outras despesas;
- PCI-R-02 Receita: Propinas;
- PCI-R-03 Receita: Projetos;
- PCI-R-04 Receita: Prestação de serviços

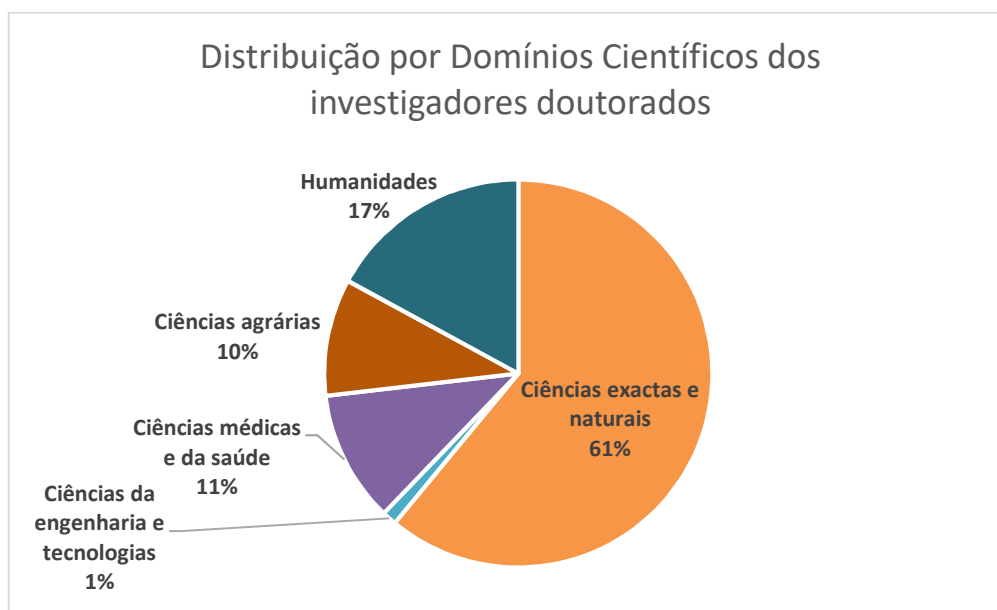
Investigação e Transferência

A Universidade do Algarve continuou em 2020 a sua aposta em fortalecer e fomentar a investigação e a transferência de tecnologia. Com o objetivo de cumprir a sua missão de “promoção cultural e científica da sociedade, com vista a melhorar a sua capacidade de antecipação e resposta às alterações sociais, científicas e tecnológicas, para o desenvolvimento das comunidades, em particular da região do Algarve”, foram realizadas um conjunto de atividades que mostram o dinamismo da Universidade do Algarve na promoção da investigação e no incentivo de uma maior colaboração entre os investigadores e unidades de I&D com o tecido empresarial da região.

A seguir é descrito os principais marcos relacionados com a investigação e a transferência de tecnologia:

- Durante o ano de 2020 a Universidade do Algarve continuou a sua aposta na contratação de investigadores doutorados ao abrigo da política do emprego científico nacional. A Universidade do Algarve tem assim um total de 82 investigadores contratados repartidos pelas Unidades de I&D da Universidade. Da mesma forma procedeu-se à contratação de investigadores doutorados ao abrigo de projetos de investigação, o que durante o ano de 2020 representavam 28 contratos. O quadro a seguir apresenta os 82 investigadores contratados no ano de 2020 pelo domínio científico:

Gráfico 1 – Distribuição por Domínios Científicos dos investigadores doutorados



- A Universidade do Algarve submeteu um total de 210 candidaturas em 2020. Sendo que os projetos do tipo Investigação & Desenvolvimento apresentam a maior expressão, cerca de 97%. É de referir que no ano de 2020 houve o concurso a projetos em todos os domínios científicos (PTDC), promovido pela Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT), onde foram apresentadas 132 candidaturas.
- Houve um total de 390 projetos em execução. Os projetos de investigação & desenvolvimento são os que apresentam uma maior expressão – 39%, seguidos pelas prestações de serviço com 17%.
- A Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia tem continuado a dinamizar a vertente do empreendedorismo na Universidade do Algarve, funcionando como um interface entre as empresas e os investigadores, promovendo o conhecimento gerado na academia, procurando a sua valorização e a sua aplicação no mercado. Este dinamismo pode ser verificado pelos 179 atendimentos sobre empreendedorismo e inovação, resultando na criação de 14 novas empresas. Na área da Propriedade Industrial, salientar os 134 atendimentos a elementos internos e externos à UALG, nas áreas de Propriedade Industrial e aconselhamento jurídico, e no apoio ao registo de 3 pedidos de patente, e ao registo de 20 marcas e logotipos, por parte das empresas). No que concerne à transferência de tecnologia, o trabalho resultou na identificação de 34 reuniões Universidade-Empresa, que por sua vez resultou na concretização em 2020 de 33 projetos de cooperação Universidade-Empresa, nomeadamente 12 projetos em copromoção, 3 vales oportunidades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, 9 projetos de apoio à inovação e ao emprego, 3 projetos de investimento privado (private equity), 3 projetos de

capacitação institucional nas áreas da internacionalização, da incubação, e da transferência de conhecimento, e 3 projetos de promoção empresarial das competências internas.

O exercício de execução orçamental e financeira da Universidade obedeceu a normas emanadas pela Direcção-Geral do Orçamento, para além das normas constantes na Lei n.º 2/2020 de 31 de março que aprova o Orçamento do Estado para 2020 e no Decreto-Lei de Execução Orçamental n.º 84/2019, de 28 de junho, que vem estabelecer as Normas de Execução Orçamental, nomeadamente a disciplina orçamental.

Em 01 de janeiro de 2019, a Universidade do Algarve transitou para o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

Dos vários documentos que compõem a prestação de contas nos moldes do SNC-AP, destacam-se:

Demonstrações Financeiras:

Balanço

Demonstração de resultados por natureza;

Demonstração das alterações no património líquido;

Demonstração de fluxos de caixa;

Anexo às demonstrações financeiras.

Demonstrações Orçamentais

Demonstração do desempenho orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de execução orçamental da despesa

Anexo às demonstrações orçamentais.

Relatório de gestão

Para além do tradicional mapa dos fluxos de caixa em que se demonstram os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano económico, constituindo um mapa de tesouraria – incluem-se como documentos de prestação de contas o Balanço, a Demonstração de Resultados e os respetivos Anexos.

A conta da Universidade do Algarve vai ser objeto de Certificação Legal de Contas pelo Fiscal Único, sendo realizada pela sociedade de revisores oficiais de contas BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda.

3. Execução Orçamental

A Universidade do Algarve iniciou o ano económico de 2020 com um saldo de gerência de 24.062,93€, valor superior em 2.463,02€ ao verificado no início de 2019. O saldo transitado da gerência anterior distribui-se da seguinte forma:

Quadro 1 – Saldo da Gerência Anterior

Saldo de gerência	2020	Peso	Variação	2019	Peso
Orçamento do Estado	18,07 €	0,08%	0,25 €	17,82 €	0,08%
Orçamento do Estado - Outros	786,69 €	3,27%	-4.061,10 €	4.847,79 €	22,44%
Fundos Comunitários	9.694,11 €	40,29%	7.366,38 €	2.327,73 €	10,78%
Receitas Próprias	13.564,06 €	56,37%	-842,51 €	14.406,57 €	66,70%
TOTAL	24.062,93 €		2.463,02 €	21.599,91 €	

A Universidade do Algarve contou, durante o ano de 2020, com um total de recebimentos orçamentais no valor de 59.566.649,06€, acrescido de 24.062,93€ relativamente ao saldo da gerência anterior.

Comparando com o volume de receitas cobradas em 2019, o ano de 2020 regista um acréscimo de 9,17% (54.565.067,36€ em 2019, face a 59.566.649,06€ em 2020), o que representa um aumento de 5.001.581,70€. Registe-se que em 2019 tinha-se verificado um decréscimo de 0,55%, uma redução na receita cobrada de 304.255,49€.

O aumento da receita cobrada em 2020 é fortemente explicada pelo acréscimo das cobranças provenientes de projetos de investimento e I&D, quer os que são financiados por fundos comunitários, quer aqueles cujo financiamento tem origem no Orçamento do Estado.

Em 2020, a receita de projetos cresceu 3.855.251,93€, ou seja, mais 65,27% da cobrança do ano anterior. É de salientar o contributo de projetos institucionais nomeadamente o projeto ALG-01-0246-FEDER-000001 "Pólo Tecnológico".

Também os recebimentos de verbas do programa "Investigador FCT/Emprego Científico" registam em 2020 um acréscimo de 564.799,58€, verificando-se em uma variação positiva de 27,69%.

A dotação inicial do Orçamento do Estado passou de 35.298.138€ em 2019 para 36.877.389€ em 2020. O aumento de 1.579.248€, inclui o montante de 735.961,80€ relativo à compensação da redução do valor máximo da propina definido em Orçamento do Estado, pelo que o aumento da dotação inicial foi de 2%.

A receita proveniente do Orçamento do Estado regista um aumento de 4,47% (de 35.298.138€ em 2019, para 36.877.386€ em 2020).

Verifica-se que em 2020 a cobrança de propinas e taxas apresenta um decréscimo de 1.062.809,07€ (-11,06%). Esta redução é totalmente explicada pela redução do limite máximo da propina, estabelecido nos Orçamentos do Estado de 2019 e 2020.

As cobranças relacionadas com as vendas e prestações de serviços registam em 2020 um acréscimo de 85.822,48€ (+12,34%).

Já as outras receitas, registam em 2020 um decréscimo de 2,05% que representa uma redução de 20.731,22€.

Quadro 2 – Comparação das receitas arrecadadas em 2019 e 2020

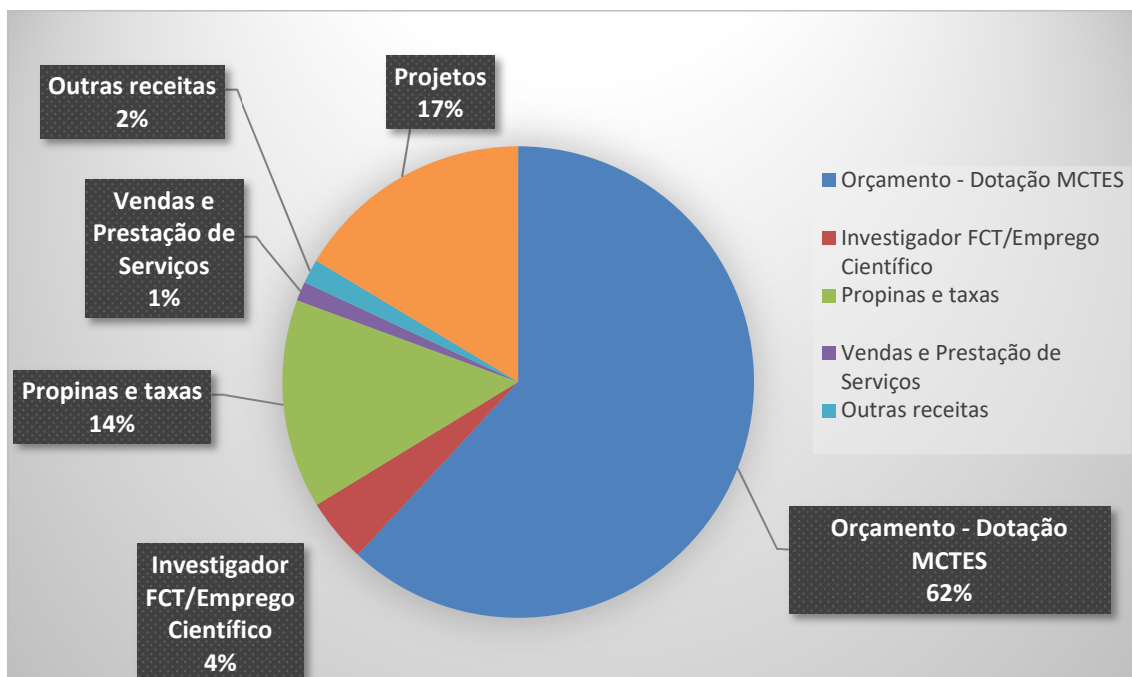
Receitas	2020	Peso	Variação	2019	Peso
Orçamento - Dotação MCTES	36.877.386,00 €	61,91%	1.579.248,00 €	35.298.138,00 €	64,69%
Investigador FCT/Emprego Científico	2.604.796,29 €	4,37%	564.799,58 €	2.039.996,71 €	3,74%
Propinas e taxas	8.548.792,24 €	14,35%	-1.062.809,07 €	9.611.601,31 €	17,61%
Vendas e Prestação de Serviços	781.447,36 €	1,31%	85.822,48 €	695.624,88 €	1,27%
Outras receitas	992.372,66 €	1,67%	-20.731,22 €	1.013.103,88 €	1,86%
Projetos	9.761.854,51 €	16,39%	3.855.251,93 €	5.906.602,58 €	10,82%
TOTAL	59.566.649,06 €		5.001.581,70 €	54.565.067,36 €	

Fazendo uma análise à distribuição das receitas arrecadadas durante o ano económico de 2020, verificamos que as transferências do Estado (OE) representam 62% do total de receitas (ver Gráfico 1).

A receita proveniente de projetos representa 17% do total das cobranças de 2020. Já as propinas e taxas, constituem 14% do montante global de receita arrecadada em 2020.

As cobranças com Investigador FCT/Emprego Científico, outras receitas e vendas e prestações de serviços representam, respetivamente, 4%, 2% e 1% da receita global de 2020.

Gráfico 2 – Total de Receita



A análise da receita cobrada por classificação económica permite apurar que em 2020 as transferências correntes registam um crescimento de 9,45%, no valor de 3.876.025,83€. As receitas provenientes das transferências da União Europeia apresentam o maior contributo para este aumento, registando um acréscimo de 90,82% (+3.007.387,98€).

É de notar que as transferências de capital registam um crescimento de 64,68%, ou seja uma variação positiva de 1.888.196,53€, que é essencialmente justificado pelos aumentos de transferências provenientes da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Quadro 3 – Receita por Classificação Económica

Classificação Económica	Descrição Classificação Económica	2020	Peso	Variação	2019	Peso
04	Taxas e Multas					
040122	Propinas	7.570.902,42 €	12,70%	-1.028.193,58 €	8.599.096,00 €	15,75%
040199	Taxas diversas	917.385,54 €	1,54%	37.127,37 €	880.258,17 €	1,61%
040201/99	Juros de mora, multas e outras penalidades	60.504,28 €	0,10%	-71.742,86 €	132.247,14 €	0,24%
Subtotal 04		8.548.792,24 €	14,35%	-1.062.809,07 €	9.611.601,31 €	17,61%
06	Transferências Correntes					
060101/02	Transferências de Entidades Públicas/Privadas	31.662,68 €	0,05%	-13.904,51 €	45.567,19 €	0,08%
060201	Bancos e outras instituições financeiras	561.650,00 €	0,94%	-107.553,49 €	669.203,49 €	1,23%
060301	Transferências - Estado	35.520,16 €	0,06%	-54.479,84 €	90.000,00 €	0,16%
060301	Transferências OE - MCTES	36.877.386,00 €	61,88%	1.579.248,00 €	35.298.138,00 €	64,66%
060501	Transferências da Administração Local	12.320,75 €	0,02%	-47.465,92 €	59.786,67 €	0,11%
060701	Instituições sem fins lucrativos	161.633,92 €	0,27%	-30.116,86 €	191.750,78 €	0,35%
060901/04	Transferências da União Europeia	5.475.215,90 €	9,19%	2.994.581,01 €	2.480.634,89 €	4,54%
060904/04	Transferências da União Europeia	843.447,17 €	1,42%	12.806,97 €	830.640,20 €	1,52%
060905	Transferências de Países terceiros e organizações internaci	10.085,58 €	0,02%	-31.419,29 €	41.504,87 €	0,08%
060307/10/11	Transferências correntes - SFA	899.072,17 €	1,51%	-425.670,24 €	1.324.742,41 €	2,43%
Subtotal 06		44.907.994,33 €	75,36%	3.876.025,83 €	41.031.968,50 €	75,17%
07	Venda de Bens e Serviços					
070100	Venda de bens	9.201,93 €	0,02%	-14.320,66 €	23.522,59 €	0,04%
070200	Prestação de serviços	954.583,74 €	1,60%	21.555,14 €	933.028,60 €	1,71%
070300	Rendas	0,00	0,00%	0,00 €	0,00	0,00%
Subtotal 07		963.785,67 €	1,62%	7.234,48 €	956.551,19 €	1,75%
08	Outras Receitas Correntes					
080100	Outras receitas correntes	4.722,83 €	0,01%	-28.288,79 €	33.011,62 €	0,06%
080200	Subsídios - Segurança Social	8.250,58	0,01%	5.740,59 €	2.509,99	0,00%
Subtotal 08		12.973,41 €	0,02%	-22.548,20 €	35.521,61 €	0,07%
10	Transferências de Capital					
100300	Transferências de capital - SFA	4.807.320,30 €	8,07%	1.908.885,23 €	2.898.435,07 €	5,31%
100901/03	Transferências da União Europeia	0,00	0,00%	-20.688,70 €	20.688,70	0,04%
Subtotal 10		4.807.320,30 €	8,07%	1.888.196,53 €	2.919.123,77 €	5,35%
12	Passivos Financeiros					
120604	Passivos Financeiros	71.897,51 €	0,12%	71.897,51 €	0,00	0,00%
Subtotal 12		71.897,51 €	0,12%	71.897,51 €	0,00 €	0,00%
13	Outras receitas de capital					
130102	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	-368,25 €	368,25	0,00%
Subtotal 15		0,00 €	0,00%	-368,25 €	368,25 €	0,00%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos					
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	7.285,60 €	0,01%	-2.647,13 €	9.932,73 €	0,02%
Subtotal 15		7.285,60 €	0,01%	-2.647,13 €	9.932,73 €	0,02%
16	Saldo da Gerência Anterior					
160101	Saldo da gerência - na posse do serviço	24.062,93 €	0,04%	2.463,02 €	21.599,91 €	0,04%
160103	Saldo da gerência anterior	246.600,00 €	0,41%	246.600,00 €	0,00 €	0,00%
Subtotal 16		270.662,93 €	0,45%	249.063,02 €	21.599,91 €	0,04%
Total Geral		59.590.711,99 €	100,00%	5.004.044,72 €	54.586.667,27 €	100,00%

Comparando o orçamento inicial da Universidade do Algarve para 2020, que apresenta um valor global de 63.920.061,00€, verifica-se que durante a gerência de 2020 foram cobradas receitas no montante de 59.566.649,06€, o que corresponde a uma taxa de execução de 93,19%. Globalmente, foram cobrados menos 4.353.411,94€ do que estava inicialmente previsto.

Quadro 4 – Comparação entre o orçamento inicial e as receitas arrecadadas

Tipo	Orçamento Inicial Previsto	Receitas Arrecadadas	Desvio	Tx. Exec.
Orçamento - Dotação MCTES	36.008.291,00 €	36.877.386,00 €	869.095,00 €	102,41%
Investigador FCT/Emprego Científico	2.510.658,00 €	2.604.796,29 €	94.138,29 €	103,75%
Propinas e taxas	10.356.647,00 €	8.548.792,24 €	-1.807.854,76 €	82,54%
Vendas e Prestação de Serviços	1.191.344,00 €	781.447,36 €	-409.896,64 €	65,59%
Outras receitas	2.926.457,00 €	992.372,66 €	-1.934.084,34 €	33,91%
Projetos	10.926.664,00 €	9.761.854,51 €	-1.164.809,49 €	89,34%
Total	63.920.061,00 €	59.566.649,06 €	-4.353.411,94 €	93,19%

As transferências do OE, comparativamente com o orçamento inicial, apresentam um desvio positivo de 869.095€.

O quadro seguinte apresenta a justificação dos reforços ocorridos na receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado.

Quadro 5 – Reforço Orçamento do Estado

Descrição	Reforço OE
Propinas do Governo de Cabo Verde	1.744,00 €
Reforço-Cursos Técnicos Superiores Profissionais-TeSP	462.139,00 €
Reforço nas IES para fazer face ao impacto orçamental da medida de Redução de P	405.212,00 €
Total	869.095,00 €

A Portaria n.º 60-C/2015, publicada em Diário da República em 02/03/2015, estabeleceu a elegibilidade das ações relacionadas com os Cursos Técnicos Superiores Profissionais-TeSP no âmbito do POCH (Programa Operacional Capital Humano). A gestão desta ação está a cargo da Direção-Geral do Ensino Superior. Por esta via, em 2020, a dotação OE foi reforçada em 462.139,00€.

O art. 233.º do Orçamento do Estado para 2020, publicado pela Lei n.º 2/2020 de 31 de março de 2020, estipula o valor máximo da propina para o ano letivo de 2020/21 em 697,00€. Deste modo, prevê o art. 167.º deste diploma um reforço orçamental para fazer face ao impacto orçamental desta medida.

A receita proveniente do Investigador FCT/Emprego Científico, superou em 94.138,29€ o valor inicialmente orçamentado.

Já as propinas e taxas registam uma taxa de execução orçamental de 82,54%, com um desvio negativo face ao montante inicialmente previsto de 1.807.854,76€.

Os níveis de execução mais reduzidos registam-se nas vendas e prestações de serviços e outras receitas, com taxas de execução respetivas de 65,59% e 33,91%.

No que respeita aos projetos de Investimento e I&D, estes apresentam uma execução orçamental de 89,34%, com um desvio negativo face ao previsto de 1.164.809,49€.

Relativamente à despesa, verifica-se que em 2020 as despesas com pessoal registam um aumento de 4,92% (+2.152.030,67€). Este aumento é proveniente:

- Contratações no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP);
- Contratação de investigadores doutorados no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016 de 24 de agosto, (diploma que estimula o emprego Científico e Tecnológico);
- Em janeiro de 2020 foi paga uma despesa que respeita a IRS retido nos vencimentos de dezembro de 2019;
- Em 2019 procedeu-se ao pagamento das valorizações e acréscimos remuneratórios derivadas das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório de forma faseada, enquanto que em 2020 os pagamentos são efetuados a 100%, pelo que contribuiu para o crescimento dos encargos com a remuneração base, face ao ano anterior.

Em 2020, as despesas com pessoal representam 80,02% do total das despesas pagas, idêntica proporção à que foi registada no ano anterior.

As despesas com aquisições de bens e serviços registam em 2020 um acréscimo de 13,65%, o que representa uma variação positiva de 815.364,92€. Este aumento é essencialmente explicado pelo pagamento em 2020 de dívida que veio transitada de 2019. Neste agrupamento das aquisições de bens e serviços, a dívida transitada de 2019 foi de 1.626.012,91€.

As transferências correntes são quase na sua totalidade dirigidas para o pagamento de bolsas de estudo e investigação. Assiste-se em 2020 a um decréscimo de 4,18%, o que representa uma variação negativa de 108.133,90€.

Em 2020, as outras despesas correntes apresentam um aumento de 20,42% (+95.877,21€).

As aquisições de bens de capital registam em 2020 um decréscimo de 9,10%, ou seja, uma variação negativa de 161.146,51€. Esta redução é essencialmente explicada pela diminuição da aquisição desta tipologia de bens através da atividade em projetos I&D.

Quadro 6 – Despesa por Classificação Económica

Classificação económica	Descrição	2020	Peso	Varição	2019	Peso
01	Despesas com Pessoal					
010100	Remunerações Certas e Permanentes	36.509.499,93 €	63,65%	2.161.090,50 €	34.348.409,43 €	62,95%
010200	Abonos Variáveis e Eventuais	207.429,73 €	0,36%	-91.781,54 €	299.211,27 €	0,55%
010300	Segurança Social	9.185.720,10 €	16,01%	82.721,71 €	9.102.998,39 €	16,68%
Subtotal 01		45.902.649,76 €	80,02%	2.152.030,67 €	43.750.619,09 €	80,18%
02	Aquisição de Bens e Serviços					
020100	Aquisição de Bens	1.032.052,84 €	1,80%	59.396,83 €	972.656,01 €	1,78%
020200	Aquisição de Serviços	5.755.109,28 €	10,03%	755.968,09 €	4.999.141,19 €	9,16%
Subtotal 02		6.787.162,12 €	11,83%	815.364,92 €	5.971.797,20 €	10,94%
03	Juros e Outros Encargos					
030502	Juros e Outros Encargos	3.064,29 €	0,01%	-9.329,44 €	12.393,73 €	0,02%
Subtotal 03		3.064,29 €	0,01%	-9.329,44 €	12.393,73 €	0,02%
04	Transferências Correntes					
040000	Outras Transferências	433.997,15 €	0,76%	232.978,41 €	201.018,74 €	0,37%
040802	Bolsas	2.044.569,45 €	3,56%	-341.112,31 €	2.385.681,76 €	4,37%
Subtotal 04		2.478.566,60 €	4,32%	-108.133,90 €	2.586.700,50 €	4,74%
06	Outras Despesas Correntes					
060200	Outras Despesas Correntes - Diversas	565.361,78 €	0,99%	95.877,21 €	469.484,57 €	0,86%
Subtotal 06		565.361,78 €	0,99%	95.877,21 €	469.484,57 €	0,86%
07	Aquisição de Bens de Capital					
070000	Aquisição de Bens de Capital	1.610.462,74 €	2,81%	-161.146,51 €	1.771.609,25 €	3,25%
Subtotal 07		1.610.462,74 €	2,81%	-161.146,51 €	1.771.609,25 €	3,25%
08	Transferências de Capital					
080000	Transferências de Capital	15.332,99 €	0,03%	15.332,99 €	0,00 €	0,00%
Subtotal 08		15.332,99 €	0,03%	15.332,99 €	0,00 €	0,00%
Total Geral		57.362.600,28 €	100,00%	2.799.995,94 €	54.562.604,34 €	100,00%

O quadro seguinte, discrimina a execução da despesa por fonte de financiamento.

Quadro 7 – Despesa por Fonte de Financiamento

Despesa	2020	Peso	Varição	2019	Peso
01 - Despesas com Pessoal	45.902.649,76 €	80,02%	2.152.030,67 €	43.750.619,09 €	80,18%
Dotações Orçamentais	39.789.054,94 €	69,36%	2.994.183,43 €	36.794.871,51 €	67,44%
RI não afetas a projetos cofinanciados (311)	36.877.362,36 €	64,29%	1.579.242,43 €	35.298.119,93 €	64,69%
Transferências de RI entre organismos (319/359)	2.911.692,58 €	5,08%	1.414.941,00 €	1.496.751,58 €	2,74%
Fundos Comunitários	1.210.819,53 €	2,11%	735.098,53 €	475.721,00 €	0,87%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	234.476,09 €	0,41%	49.212,43 €	185.263,66 €	0,34%
Fundo de Coesão (432)	0,00 €	0,00%	-20.140,67 €	20.140,67 €	0,04%
Fundo Europeu das Pescas (471)	384.483,68 €	0,67%	283.183,68 €	101.300,00 €	0,19%
Outros (482)	591.859,76 €	1,03%	422.843,09 €	169.016,67 €	0,31%
Receitas Próprias (513/540)	4.888.352,94 €	8,52%	-1.577.275,25 €	6.465.628,19 €	11,85%
Receitas Próprias (513/540)	4.888.352,94 €	8,52%	-1.577.275,25 €	6.465.628,19 €	11,85%
Saldo da Gerência Anterior	14.422,35 €	0,03%	23,96 €	14.398,39 €	0,03%
Saldo da Gerência Anterior	14.422,35 €	0,03%	23,96 €	14.398,39 €	0,03%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	6.787.162,12 €	11,83%	815.364,92 €	5.971.797,20 €	10,94%
Dotações Orçamentais	1.131.088,11 €	1,97%	-384.846,95 €	1.515.935,06 €	2,78%
Transferências de RI entre organismos (319/359)	1.131.088,11 €	1,97%	-384.846,95 €	1.515.935,06 €	2,78%
Fundos Comunitários	1.235.675,80 €	2,15%	343.225,57 €	892.450,23 €	1,64%
FEADER (452)	0,00 €	0,00%	-1.610,17 €	1.610,17 €	0,00%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	736.104,83 €	1,28%	296.346,26 €	439.758,57 €	0,81%
Fundo de Coesão (432)	0,00 €	0,00%	-29.150,62 €	29.150,62 €	0,05%
Fundo Europeu das Pescas (471)	39.212,46 €	0,07%	22.504,87 €	16.707,59 €	0,03%
Fundo Social Europeu (442/448)	0,00 €	0,00%	-3.074,91 €	3.074,91 €	0,01%
Outros (482)	460.358,51 €	0,80%	58.210,14 €	402.148,37 €	0,74%
Receitas Próprias (513/540)	4.420.398,21 €	7,71%	857.050,11 €	3.563.348,10 €	6,53%
Receitas Próprias (513/540)	4.420.398,21 €	7,71%	857.050,11 €	3.563.348,10 €	6,53%
Saldo da Gerência Anterior	0,00 €	0,00%	-63,81 €	63,81 €	0,00%
Saldo da Gerência Anterior	0,00 €	0,00%	-63,81 €	63,81 €	0,00%
03 - Juros e Outros Encargos	3.064,29 €	0,01%	-9.329,44 €	12.393,73 €	0,02%
Receitas Próprias (513/540)	3.064,29 €	0,01%	-9.329,44 €	12.393,73 €	0,02%
Receitas Próprias (513/540)	3.064,29 €	0,01%	-9.329,44 €	12.393,73 €	0,02%

04 - Transferências Correntes	2.478.566,60 €	4,32%	-108.133,90 €	2.586.700,50 €	4,74%
Dotações Orçamentais	783.071,38 €	1,37%	580.910,51 €	202.160,87 €	0,37%
Transferências de RI entre organismos (319/359)	783.071,38 €	1,37%	580.910,51 €	202.160,87 €	0,37%
Fundos Comunitários	1.515.442,82 €	2,64%	-233.727,30 €	1.749.170,12 €	3,21%
FEADER (452)	16.899,50 €	0,03%	12.600,70 €	4.298,80 €	0,01%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	693.669,15 €	1,21%	-1.318,78 €	694.987,93 €	1,27%
Fundo de Coesão (432)	0,00 €	0,00%	-181.107,22 €	181.107,22 €	0,33%
Fundo Europeu das Pescas (471)	183.047,03 €	0,32%	183.047,03 €	0,00 €	0,00%
Fundo Social Europeu (442/448)	6.113,05 €	0,01%	-72.218,18 €	78.331,23 €	0,14%
Outros (482)	615.714,09 €	1,07%	-174.730,85 €	790.444,94 €	1,45%
Receitas Próprias (513/540)	170.737,82 €	0,30%	-457.504,76 €	628.242,58 €	1,15%
Receitas Próprias (513/540)	170.737,82 €	0,30%	-457.504,76 €	628.242,58 €	1,15%
Saldo da Gerência Anterior	9.314,58 €	0,02%	2.187,65 €	7.126,93 €	0,01%
Saldo da Gerência Anterior	9.314,58 €	0,02%	2.187,65 €	7.126,93 €	0,01%
06 - Outras Despesas Correntes	565.361,78 €	0,99%	95.877,21 €	469.484,57 €	0,86%
Dotações Orçamentais	73.804,85 €	0,13%	-35.282,47 €	109.087,32 €	0,20%
Transferências de RI entre organismos (319/359)	73.804,85 €	0,13%	-35.282,47 €	109.087,32 €	0,20%
Fundos Comunitários	102.653,36 €	0,18%	15.605,33 €	87.048,03 €	0,16%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	89.495,73 €	0,16%	71.796,44 €	17.699,29 €	0,03%
Fundo de Coesão (432)	0,00 €	0,00%	-52.991,25 €	52.991,25 €	0,10%
Fundo Europeu das Pescas (471)	0,00 €	0,00%	-9.335,00 €	9.335,00 €	0,02%
Outros (482)	13.157,63 €	0,02%	6.135,14 €	7.022,49 €	0,01%
Receitas Próprias (513/540)	388.903,57 €	0,68%	115.554,35 €	273.349,22 €	0,50%
Receitas Próprias (513/540)	388.903,57 €	0,68%	115.554,35 €	273.349,22 €	0,50%
07 - Aquisição de Bens de Capital	1.610.462,74 €	2,81%	-161.146,51 €	1.771.609,25 €	3,25%
Dotações Orçamentais	231.152,45 €	0,40%	66.156,11 €	164.996,34 €	0,30%
Transferências de RI entre organismos (319/359)	231.152,45 €	0,40%	66.156,11 €	164.996,34 €	0,30%
Fundos Comunitários	999.296,97 €	1,74%	-36.181,13 €	1.035.478,10 €	1,90%
FEADER (452)	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	886.854,49 €	1,55%	310.587,31 €	576.267,18 €	1,06%
Fundo de Coesão (432)	2.719,04 €	0,00%	-284.286,11 €	287.005,15 €	0,53%
Fundo Europeu das Pescas (471)	3.979,42 €	0,01%	-11.299,25 €	15.278,67 €	0,03%
Outros (482)	105.744,02 €	0,18%	-51.183,08 €	156.927,10 €	0,29%
Receitas Próprias (513/540)	380.013,32 €	0,66%	-191.121,49 €	571.134,81 €	1,05%
Receitas Próprias (513/540)	380.013,32 €	0,66%	-191.121,49 €	571.134,81 €	1,05%
08 - Transferências de Capital	15.332,99 €	0,03%	15.332,99 €	0,00 €	0,00%
Fundos Comunitários	15.332,99 €	0,03%	15.332,99 €	0,00 €	0,00%
FEDER (411/412/414/415/416/421/422)	706,65 €	0,00%	706,65 €	0,00 €	0,00%
Outros (482)	14.626,34 €	0,03%	14.626,34 €	0,00 €	0,00%
Total Geral	57.362.600,28 €	100,00%	2.799.995,94 €	54.562.604,34 €	100,00%

O saldo que transitou para a gerência seguinte (2021) totaliza 2.228.111,71€, conforme se pode verificar no seguinte quadro, onde o mesmo se distribui pelas várias fontes de financiamento.

Quadro 8 – Saldo para a Gerência Seguinte

Saldo de gerência	2021	Peso	Varição	2020	Peso
Orçamento do Estado	23,64 €	0,00%	5,57 €	18,07 €	0,08%
Orçamento do Estado - Outros	161.113,17 €	7,23%	160.326,48 €	786,69 €	3,27%
Fundos Comunitários	1.698.570,61 €	76,23%	1.688.876,50 €	9.694,11 €	40,29%
Receitas Próprias	368.404,29 €	16,53%	354.840,23 €	13.564,06 €	56,37%
TOTAL	2.228.111,71 €		2.204.048,78 €	24.062,93 €	

Relativamente ao saldo que transitou de 2019 (24.062,93€) observa-se um aumento de 2.204.048,78€.

Verifica-se que 76,10% deste saldo tem origem nos fundos comunitários. Esta receita, proveniente da execução de projetos de investimento e I&D, encontra-se na sua maioria consignada à execução desses projetos.

Também o saldo proveniente de OE-Outros, respeita na sua maioria a cobranças oriundas da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, cujos montantes encontram-se consignados à execução de projetos I&D financiados exclusivamente pela componente nacional.

Em 11 de setembro de 2015 foi publicada a nova Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015).

Esta Lei entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação (art. 8.º). No entanto, as matérias relativas ao art. 3.º e do 20.º ao 76.º, produzem efeitos a partir do dia 01 de abril de 2020.

Deste modo, o cumprimento da regra dos saldos orçamentais deverá ser avaliado nos termos do art. 27.º da Lei n.º 151/2015 (Lei do Enquadramento Orçamental), verificando-se que a mesma foi cumprida.

Segundo o n.º 4 do art. 6º-A do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo DL n.º 498/72 de 09 de dezembro, é referido que “As instituições de ensino superior e restantes entidades com autonomia administrativa e financeira podem, para efeitos do presente artigo, utilizar os saldos de gerência de anos anteriores, ficando, para esse efeito, dispensados do cumprimento do artigo 25.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de agosto.”

A Universidade do Algarve cumpriu ainda o Regime de Unidade de Tesouraria, tendo observado o disposto no artigo 115º do RJES – Lei nº 62/2007 de 10 de setembro.

4. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Não existiram quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de disposições e normas previstas pelo SNC-AP.

Quadro 9 – Balanço e 2020

Rubricas	Períodos	
	2020	2019
ATIVO		
Ativo não Corrente		
Ativos fixos tangíveis	47.882.337,93 €	49.500.578,44 €
Ativos intangíveis	222.845,53 €	332.553,61 €
Participações financeiras	22.728,88 €	72.608,67 €
Sub-total	48.127.912,34 €	49.905.740,72 €
Ativo Corrente		
Inventários	31.421,16 €	12.408,35 €
Clientes, contribuintes e utentes	2.038.421,96 €	2.064.587,97 €
Outras contas a receber	100.549,01 €	31.100,98 €
Diferimentos	122.029,22 €	20.871,43 €
Caixa e depósitos	3.164.407,45 €	66.210,53 €
Sub-total	5.456.828,80 €	2.195.179,26 €
Total do Ativo	53.584.741,14 €	52.100.919,98 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património	1.087.159,55 €	1.087.159,55 €
Reservas	1.222.804,03 €	1.222.804,03 €
Resultados transitados	-6.333.440,79 €	-7.473.802,08 €
Ajustamentos em ativos financeiros	-10.000,00 €	-10.000,00 €
Outras variações no património líquido	44.016.089,47 €	45.348.300,93 €
Resultado líquido do exercício	2.629.317,05 €	1.140.361,29 €
Total do Património Líquido	42.611.929,31 €	41.314.823,72 €
PASSIVO		
Passivo não Corrente		
Provisões	286.339,00 €	28.153,61 €
Financiamentos obtidos	843.144,11 €	0,00 €
Outras contas a pagar	16.701,95 €	18.186,95 €
Sub-total	1.146.185,06 €	46.340,56 €
Passivo Corrente		
Fornecedores	100.747,12 €	1.668.162,88 €
Estado e outros entes públicos	-18.061,28 €	656.302,69 €
Financiamentos obtidos	27.834,46 €	799.081,06 €
Fornecedores de investimentos	5.325,86 €	93.699,58 €
Outras contas a pagar	7.467.461,07 €	6.710.546,91 €
Diferimentos	2.243.319,54 €	811.962,58 €
Sub-total	9.826.626,77 €	10.739.755,70 €
Total do Passivo	10.972.811,83 €	10.786.096,26 €
Total do Património Líquido e Passivo	53.584.741,14 €	52.100.919,98 €

Quadro 10 – Demonstração de Resultados

Conta		Rendimentos e Gastos	2020	2019
Pos.	Neg			
70		Impostos, contribuições e taxas	8.447.761,96 €	9.558.049,61 €
71		Vendas	10.945,53 €	18.659,03 €
72		Prestações de serviços e concessões	581.349,44 €	632.936,12 €
75		Transferências e subsídios correntes obtidos	46.585.881,05 €	44.553.345,50 €
73		Variação de inventários da produção	0,00 €	0,00 €
74		Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €
	61	Custos de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)	-6.609,59 €	-8.848,45 €
	62	Fornecimentos e serviços externos	-5.216.296,74 €	-6.529.773,97 €
	63	Gastos com pessoal	-44.939.572,75 €	-44.718.307,66 €
	60(-603)	Transferências e subsídios concedidos	-2.251.377,56 €	-2.527.785,50 €
	603	Prestações sociais	0,00 €	0,00 €
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €
7621	651	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	127.633,64 €	131.006,54 €
763	67	Provisões (aumentos /reduções)	-258.185,39 €	-16.000,00 €
7623;7627	653;657	Imparidade de investimentos não depreciáveis /amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €
77	66	Aumentos / reduções de justo valor	0,00 €	0,00 €
78		Outros rendimentos e ganhos	3.366.117,28 €	3.555.336,91 €
	68	Outros gastos e perdas	-433.770,91 €	-278.074,25 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento			6.013.875,96 €	4.370.543,88 €
761	64	Gastos / reversões de depreciação e amortização	-3.033.100,46 €	-3.220.685,43 €
7624/6	654/6	Imparidade de investimentos não depreciáveis /amortizáveis (perdas/reversões)	-348.813,10 €	0,00 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)			2.631.962,40 €	1.149.858,45 €
79		Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	0,00 €
	69	Juros e gastos similares obtidos	-2.645,35 €	-9.497,16 €
Resultado antes de impostos			2.629.317,05 €	1.140.361,29 €
	812	Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Resultado Líquido do Período			2.629.317,05 €	1.140.361,29 €

5. Análise Financeira

a) Situação financeira geral

Da situação financeira da Universidade do Algarve, espelhada nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2020 – Balanço e Demonstração de Resultados – destacam-se os seguintes aspetos:

Balanço

O ativo de 53.584.741,14€ registou um aumento de 2,85% relativamente ao ano anterior, representando uma variação positiva de 1.483.821,16€.

Esta variação é essencialmente explicada pelo acréscimo das disponibilidades em caixa e depósitos bancários que registam em 2020 um acréscimo de 3.098.649,54€.

O ativo não corrente regista uma redução de 3,56%, ou seja menos 1.777.828,38€ do que em 2019. Este decréscimo é essencialmente explicado pelo peso das depreciações e amortizações do período nos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis que, respetivamente, têm decréscimos de 1.618.240,51€ (-3,27%) e 109.708,08€ (-32,99%).

Na sequência da extinção da FUP - Fundação das Universidades Portuguesas, as participações financeiras foram reduzidas em 49.879,79€, montante que corresponde à participação da UAlg nesta fundação.

Os inventários apresentam um acréscimo de 19.012,81€ (+153,23%). Esta conta regista os stocks em material de escritório, material honorífico e material de higiene e limpeza. O acréscimo verificado deve-se ao facto de em 2020 ter sido acrescentado à orla dos bens estocáveis, os materiais honorífico e de higiene e limpeza.

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes apresentam um ligeiro decréscimo de 26.166,01€ (-1,27%).

Nas outras contas a receber verifica-se um acréscimo de 69.448,03€, que representa uma variação positiva de 223,30%, que é essencialmente explicado pelo contributo de gastos gerais do CCMAR – Centro de Ciências do Mar do Algarve a pagar à UAlg relativo aos meses de novembro e dezembro de 2020 no valor de 90.376,6€.

Também os diferimentos ativos registam um crescimento de 101.157,79€ (+484,67%). Este valor respeita fundamentalmente a licenciamento de software informático pago em 2020 mas que se referem a períodos futuros.

O património líquido regista o valor de 42.611.929,31€, o que representa um aumento de 1.297.105,59€ (+3,14

%).

A variação nos resultados transitados no valor de 1.140.361,29€ (-15,26%), respeita ao resultado líquido de 2019.

As outras variações no património líquido registam um decréscimo de 1.332.211,46€ (-2,94%), que está principalmente relacionado com o reconhecimento de rendimento proveniente de subsídio ao investimento.

No passivo total verifica-se um acréscimo de 186.715,57€ (+1,73%).

O passivo não corrente regista um aumento de 1.099.844,50€, que em parte é explicado pelo aumento das provisões em 258.185,39€ (+917,06%) e dos financiamento obtidos no valor de 843.144,11€ que em 2019 se encontravam registados no passivo corrente. Este valor respeita a subsídios reembolsáveis do programa POSEUR.

As outras contas a pagar no passivo não corrente apresentam um decréscimo de 1.485€ (-8,17%). Os valores aqui registados respeitam a cauções prestadas por fornecedores e outros credores.

O passivo corrente apresenta uma diminuição de 913.128,93€ (-8,50%).

Os fornecedores registam em 2020 uma acentuada redução de 1.567.415,76€ (-93,96%).

O Estado e outros entes públicos, apresentam uma diminuição de 674.363,97€ (-102,75%). O valor elevado de 2019 refere-se às retenções de impostos nas remunerações ao pessoal pagas em dezembro de 2019, cuja entrega foi efetuada nos cofres do Estado em janeiro de 2020.

Como referido anteriormente, os financiamento obtidos no passivo corrente foram corrigidos, e pela sua natureza de longo prazo, transferidos para o passivo não corrente, encontrando-se registada a quantia de 27.834,46€ que corresponde ao exigível no curto prazo.

Também os fornecedores de investimento registam um decréscimo de 88.373,72€ (-94,32%).

As outras contas a pagar apresentam um crescimento de 756.914,16€ (+11,28%). Estão aqui refletidas os montantes recebidos provenientes da União Europeia relativos a projetos de I&D e que são para transferir para parceiros de projetos.

Os diferimentos passivos apresentam um aumento de 1.431.356,96€ (+176,28%). Este acréscimo está relacionado com recebimentos provenientes de projetos de investimento e de investigação e desenvolvimento (I&D), cujo rendimento é reconhecido em função do seu grau de acabamento.

Demonstração de Resultados

Numa análise dos aspetos mais relevantes da demonstração de resultados, verifica-se que o resultado líquido do exercício apurado em 2020 foi de 2.629.317,05€, o que representa um crescimento de 1.488.955,76€ (+130,57%).

Em comparação com o ano de 2019, os gastos apresentam em 2020 uma redução de 625.034,47€ (-1,08%).

Nos gastos com fornecimentos e serviços externos verifica-se um decréscimo de 1.313.477,23€, ou seja, menos 20,12% do que o valor registado em 2019. As transferências e subsídios concedidos também registam em 2020 uma redução de 276.407,94 € (-10,93%).

Os gastos com pessoal aumentaram 221.265,09€ (+0,49%). Também os gastos com as perdas por imparidades e com as provisões de processos judiciais em curso registam acréscimos respetivos de 542.379,20€ e 242.185,39€.

Por outro lado, o gasto com depreciação e amortização apresenta uma diminuição de 187.584,97€ (-5,82%).

Os outros gastos apresentam um aumento de 155.696,66€ (+55,99%).

Os rendimentos apresentam em 2020 um aumento de 863.921,29€ (+1,47%). As contas que fundamentalmente concorrem para o apuramento desta variação são as transferências e subsídios correntes obtidos, com um acréscimo de 2.032.535,55€ (+4,56%).

É de referir que os rendimentos provenientes dos impostos e taxas e das vendas e prestações de serviços registam, respetivamente, um decréscimo de 1.110.287,67€ (-11,62%) e 59.300,18€ (-9,10%).

Os rendimentos com proveniência nas reversões registam um acréscimo de 190.193,20€ (+32,56%). Enquanto que os outros rendimentos e ganhos têm um decréscimo de 189.219,63€ (-5,32%).

De seguida, apresenta-se uma análise mais pormenorizada aos rendimentos e gastos da Universidade, centrando esta análise nas contas consideradas mais significativas e que podem proporcionar uma visão genérica da atividade desenvolvida em 2020.

b) Situação financeira específica

ATIVO

Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis

No quadro seguinte estão registados os movimentos ocorridos nas contas dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

Quadro 11 – Alterações nos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

	Saldo Inicial	Aumento	Alienações e Abates	Depreciações e Amortizações do Período	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Programas de computador e sistemas de informação	301.969,57 €	41.720,62 €	0,00 €	149.580,24 €	194.109,95 €
Propriedade industrial e intelectual	30.584,04 €	0,00 €	0,00 €	1.848,46 €	28.735,58 €
Outros ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subtotal	332.553,61 €	41.720,62 €	0,00 €	151.428,70 €	222.845,53 €
Ativos Fixos Tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	801.212,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	801.212,05 €
Edifícios e outras construções	45.428.852,42 €	383.212,82 €	70.300,58 €	1.651.391,41 €	44.090.373,25 €
Equipamento básico	2.262.908,79 €	806.779,40 €	78.842,50 €	983.540,70 €	2.007.304,99 €
Equipamento de transporte	22.388,04 €	0,00 €	0,00 €	4.884,66 €	17.503,38 €
Equipamento administrativo	627.788,73 €	307.613,58 €	234.499,93 €	182.687,26 €	518.215,12 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	357.428,41 €	34.782,02 €	4.472,77 €	59.167,73 €	328.569,93 €
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0,00 €	467.972,31 €	0,00 €	0,00 €	467.972,31 €
Subtotal	49.500.578,44 €	2.000.360,13 €	388.115,78 €	2.881.671,76 €	48.231.151,03 €
Total	49.833.132,05 €	2.042.080,75 €	388.115,78 €	3.033.100,46 €	48.453.996,56 €

Na sequência da verificação do inventário de património, por motivos de total obsolescência e inoperacionalidade, em 2020, foram abatidos bens no valor total de 388.115,78€. Na sua generalidade, estes bens estavam totalmente amortizados.

Participações Financeiras

No seguinte quadro, encontram-se as participações financeiras da Universidade do Algarve.

Quadro 12 – Investimentos Financeiros

	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial
Participações de capital - ao custo		
Globalgarve, S A	1,37%	2.500,00 €
Ass. Centro de Incubação Empresas de Base Tec. Vasco da Gama	7,24%	5.000,00 €
AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve	5,66%	3.740,98 €
COTHN	2,12%	1.500,00 €
Algarve STP - Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve	20,00%	5.000,00 €
CINTAL	20,00%	4.987,90 €
Total		22.728,88 €

Cientes, contribuintes e utentes

À data de 31 de dezembro de 2020, o valor em dívida de propinas é de 3.396.956,37€.

Quadro 13 – Dívida de Propinas

Ano Lectivo	Valor total em dívida a 31/12/2020
2007/08	25.849,57 €
2008/09	17.639,42 €
2009/10	32.658,02 €
2010/11	50.951,91 €
2011/12	38.619,41 €
2012/13	98.208,90 €
2013/14	68.815,37 €
2014/15	98.114,06 €
2015/16	144.725,46 €
2016/17	184.432,85 €
2017/18	265.664,75 €
2018/19	355.878,16 €
2019/20	857.444,78 €
2020/21	1.157.953,71 €
Total	3.396.956,37 €

Os clientes apresentam um valor de 451.745,87€

Quadro 14 – Dívida de Clientes

	2020			2019		
	Antes de Imparidade	Imparidade	Após Imparidade	Após Imparidade	Imparidade	Após Imparidade
Clientes c/c	692.393,98 €	240.648,11 €	451.745,87 €	701.577,66 €	205.049,11 €	496.528,55 €
Utentes	3.396.956,34 €	1.810.280,25 €	1.586.676,09 €	3.541.572,31 €	1.973.512,89 €	1.568.059,42 €
Total	4.089.350,32 €	2.050.928,36 €	2.038.421,96 €	4.243.149,97 €	2.178.562,00 €	2.064.587,97 €

Outras contas a receber

No seguinte mapa, encontra-se a desagregação de Outras contas a receber:

Quadro 15 – Outras Contas a Receber

Outras contas a receber	2020	Variação	2019
Devedores por acréscimos de rendimentos			
Prestações de serviços	0,00 €	-8.940,31 €	8.940,31 €
Outros acréscimos de rendimentos - Outros	90.816,23 €	78.388,34 €	12.427,89 €
Adiantamentos a fornecedores	1.500,00 €	0,00 €	1.500,00 €
Adiantamentos ao pessoal	8.232,78 €	0,00 €	8.232,78 €
Total	100.549,01 €	69.448,03 €	31.100,98 €

Diferimentos

A seguir encontram-se desagregados os valores dos diferimentos do ativo.

Quadro 16 – Diferimentos – Ativo

Gastos a reconhecer	2020	Variação	2019
Seguros	9.993,23 €	1.481,09 €	8.512,14 €
Outros gastos a reconhecer	112.035,99 €	99.676,70 €	12.359,29 €
Total	122.029,22 €	101.157,79 €	20.871,43 €

Caixa e depósitos

No seguinte mapa, encontra-se a desagregação dos valores em caixa e depósitos.

Quadro 17 – Caixa e Depósitos

	2020	Variação	2019
Depósitos à ordem			
Caixa Geral de Depósitos	2.407.242,74 €	2.366.652,10 €	40.590,64 €
Banco Santander Totta	4.262,64 €	1.409,28 €	2.853,36 €
Instituto Gestão Tesouraria Crédito Público	740.762,72 €	731.109,00 €	9.653,72 €
Depósitos em instituições financeiras	3.152.268,10 €	3.099.170,38 €	53.097,72 €
Caixa	12.139,35 €	-973,46 €	13.112,81 €
Total	3.164.407,45 €	3.098.196,92 €	66.210,53 €

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O quadro seguinte apresenta os movimentos ocorridos nas contas do património líquido.

Quadro 18 – Alterações ao Património Líquido

Descrição		Património Líquido atribuído aos detentores de Património Líquido da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período		
Posição no início do período	1	1.087.159,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.222.804,03 €	-7.473.802,08 €	-10.000,00 €	0,00 €	45.348.300,93 €	1.140.361,29 €	41.314.823,72 €	41.314.823,72 €
Alterações no período		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.140.361,29 €	0,00 €	0,00 €	-1.332.211,46 €	-1.140.361,29 €	-1.332.211,46 €	-1.332.211,46 €
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.140.361,29 €	0,00 €	0,00 €	-1.332.211,46 €	-1.140.361,29 €	-1.332.211,46 €	-1.332.211,46 €
	2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.140.361,29 €	0,00 €	0,00 €	-1.332.211,46 €	-1.140.361,29 €	-1.332.211,46 €	-1.332.211,46 €
Resultado líquido do período	3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.629.317,05 €	2.629.317,05 €	2.629.317,05 €
Resultado Integral	4=2+3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.140.361,29 €	0,00 €	0,00 €	-1.332.211,46 €	1.488.955,76 €	1.297.105,59 €	1.297.105,59 €
Operações com detentores de capital no período		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realizações de capital/património		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Entradas para a cobertura de perdas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras operações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Posição no fim do período N-1	6=1+2+3+5	1.087.159,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.222.804,03 €	-6.333.440,79 €	-10.000,00 €	0,00 €	44.016.089,47 €	2.629.317,05 €	42.611.929,31 €	42.611.929,31 €

PASSIVO NÃO CORRENTE

Provisões

As provisões existentes derivam de processos judiciais em curso.

Quadro 19 – Provisões

	Quantia escriturada inicial	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final
Impostos, contribuições e juros de mora	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Garantias a clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Processos judiciais em curso	28.153,61 €	258.185,39 €	0,00 €	286.339,00 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias ambientais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contratos onerosos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reestruturação e reorganização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras provisões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	28.153,61 €	258.185,39 €	0,00 €	286.339,00 €

Fornecedores

A seguir encontra-se discriminada a dívida a fornecedores.

Quadro 20 – Dívida a Fornecedores c/c

Fornecedores c/c - Dívidas	2020
Fagar-Faro, Gestão de Águas e Resíduos	24.802,74 €
Centro Hospitalar do Algarve, EP.	16.187,10 €
Primavera BSS, Software Gestão	7.460,20 €
Straight Services	7.147,35 €
Life sequencing	5.945,00 €
Nzytech, Lda	5.584,20 €
Outros inferiores a 5.000 euros	33.620,53 €
Total	100.747,12 €

Estado e outros entes públicos

O montante inscrito em retenção do imposto sobre o rendimento no passivo em 2019 no valor de 727.867€, respeitam às retenções nas remunerações ao pessoal pagas em dezembro desse ano, cuja entrega foi efetuada nos cofres do Estado em janeiro de 2020.

Quadro 21 – Estado e Outros Entes Públicos

	2020	Variações	2019
Retenção do Imposto sobre o Rendimento	0,00 €	-727.867,00 €	727.867,00 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado	89.954,40 €	53.503,03 €	36.451,37 €
Contribuições para a Segurança Social e ADSE	-108.015,68 €	0,00 €	-108.015,68 €
Caixa Geral de Aposentações	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto de Selo	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	-18.061,28 €	-674.363,97 €	656.302,69 €

Desde 2011, encontra-se por receber o valor de 108.015,68€ da ADSE. Trata-se de uma duplicação de pagamentos à ADSE, estando em curso diligências com vista à sua recuperação.

Financiamentos obtidos

Nos Financiamentos obtidos encontram-se registados os subsídios reembolsáveis relativos às seguintes operações POSEUR.

Quadro 22 – Subsídios Reembolsáveis – POSEUR

Título da operação	Montante Máximo elegível	Contribuição Fundo de Coesão	Taxa de financiamento	Financiamento reembolsável	Financiamento não reembolsável	Receita recebida
Residência Universitária Albacor		69.996,66 €	95,00%	68068,63	1.928,03 €	72.946,18 €
Eficiência Energética no Edifício 22 (ESGHT)		245.410,10 €	95,00%	242009,76	3.400,34 €	155.227,63 €
Eficiência Energética no Edifício 27 (ISE principal)	186.211,94 €	176.901,34 €	95,00%	174833,1	2.068,24 €	94.927,32 €
Eficiência Energética na Residência Ferragial (Lote 17)	72.912,28 €	69.266,77 €	95,00%	67969,64	1.297,13 €	64.175,81 €
Edifício 28 (U)	394.078,01 €	374.374,11 €	95,00%	370471,32	3.902,79 €	268.094,88 €
Eficiência Energética no Edifício 23 (ESEC)	213.046,09 €	202.393,78 €	95,00%	199051,87	3.341,91 €	191.128,06 €
Eficiência energética no Edifício 6 (Cantina de Gambelas)	153.823,80 €	146.132,61 €	95,00%	143783,93	2.348,68 €	21.895,61 €
Eficiência energética na residência (Lote E)	76.037,37 €	72.235,50 €	95,00%	70774,88	1.460,62 €	1.291,54 €
Eficiência energética na residência Ferragial (Lote 16)	72.913,17 €	69.267,51 €	95,00%	67970,48	1.297,03 €	1.291,54 €
Total	1.169.022,66 €	1.425.978,38 €		1.404.933,61 €	21.044,77 €	870.978,57 €

Fornecedores de investimentos

No seguinte mapa, está discriminada a dívida a fornecedores de investimentos.

Quadro 23 – Dívida a Fornecedores de Investimentos

Fornecedores investimentos - dívidas	2020
Sizelab unipessoal, Lda	8.574,08 €
Linkbild - Tecnologia e Marketi	1.851,15 €
Outros inferiores a 1.000 euros	-5.099,37 €
Total	5.325,86 €

Outras contas a pagar

A seguir encontra-se discriminados os montantes inscritos nas outras contas a pagar.

Quadro 24 – Outras Contas a Pagar

Outras contas a pagar	2020	Varição	2019
Credores por acréscimos de gastos			
Remunerações a liquidar	6.201.356,56 €	-76.402,84 €	6.277.759,40 €
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	0,00 €	-154,00 €	154,00 €
Outros acréscimos de gastos	209.265,03 €	91.563,22 €	117.701,81 €
Cauções - Exigível até 12 meses	1.225,00 €	0,00 €	1.225,00 €
Outros credores	1.055.614,48 €	741.907,78 €	313.706,70 €
Total	7.467.461,07 €	756.914,16 €	6.710.546,91 €

É de referir que nos Outros Credores estão registados os valores em dívida a transferir para parceiros.

Diferimentos

A seguir encontram-se discriminados os valores inscritos nas contas de diferimentos.

Quadro 25 – Diferimentos – Passivo

Rendimentos a reconhecer	2020	Variação	2019
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	2.082.248,49 €	1.481.118,53 €	601.129,96 €
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	0,00 €	-44.982,96 €	44.982,96 €
Propinas de formação inicial	128.482,51 €	6.980,02 €	121.502,49 €
Propinas de formação avançada	31.101,75 €	-10.744,63 €	41.846,38 €
Outros	1.486,79 €	-1.014,00 €	2.500,79 €
Total	2.243.319,54 €	1.431.356,96 €	811.962,58 €

c) Rendimentos

O seguinte quadro estabelece a comparação entre as contas dos rendimentos dos anos 2020 e 2019.

Quadro 26 – Estrutura de rendimentos

Estrutura de rendimentos	2020	Variação	2019
Impostos e Taxas	8.447.761,96 €	-1.110.287,65 €	9.558.049,61 €
Vendas e Prestações de Serviços	592.294,97 €	-59.300,18 €	651.595,15 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	46.585.881,05 €	2.032.535,55 €	44.553.345,50 €
Reversões	774.404,69 €	190.193,20 €	584.211,49 €
Outros rendimentos e ganhos	3.366.117,28 €	-189.219,63 €	3.555.336,91 €
Total	59.766.459,95 €	863.921,29 €	58.902.538,66 €

Comparativamente com 2019, assiste-se em 2020 a um aumento de 1,47% dos rendimentos totais, no valor de 863.921,29€. Este aumento é essencialmente motivado pelo acréscimo dos rendimentos com transferências e subsídios correntes obtidos, que registam um crescimento de 2.032.535,55€ (+4,56%).

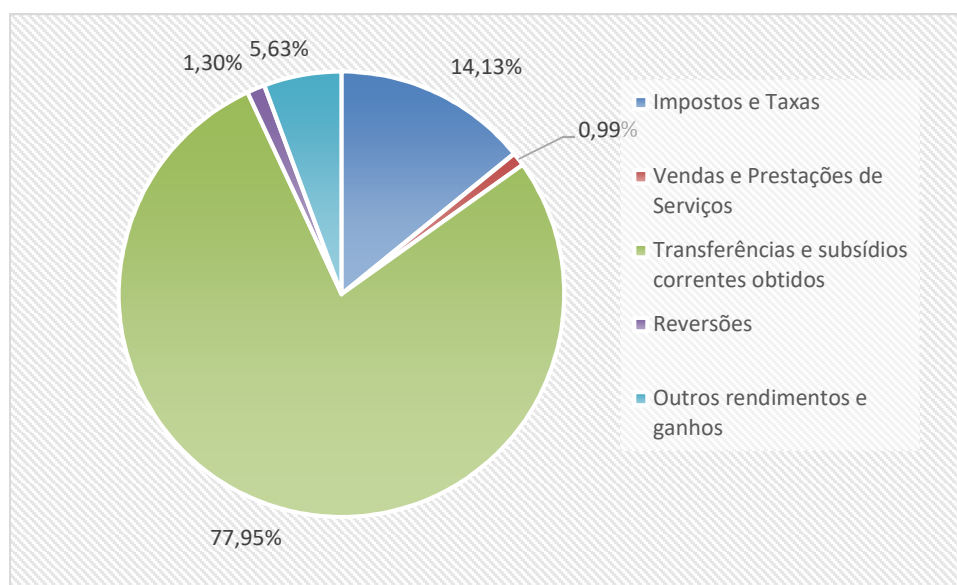
Com uma variação positiva, está também as reversões que mostram um acréscimo de 190.193,20€ (+32,56%).

Os impostos e taxas registam um decréscimo de 1.110.287,65€ (-11,62%).

Também as vendas e prestações de serviços, apresentam um decréscimo de 59.300,18€ (-9,10%). Idêntica tendência sucede com os outros rendimentos e ganhos que registam uma redução de 189.219,63€ (-5,32%).

No gráfico 4 apresenta-se a estrutura de rendimentos do ano de 2020.

Gráfico 3 – Estrutura de Rendimentos – 2020



O valor mais significativo com 77,95%, refere-se a transferências e subsídios correntes obtidos, onde se incluem as transferências provenientes do Orçamento do Estado e as transferências no âmbito da Investigação, nomeadamente transferências provenientes da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Segue-se, com 14,13%, os rendimentos com impostos e taxas, onde se registam as receitas de propinas de formação inicial, de pós-graduações, mestrados não integrados, doutoramentos, taxas, emolumentos.

Com 5,63% estão os outros rendimentos e ganhos. As reversões e as vendas e prestações de serviços representam, respetivamente, 1,30% e 0,99% da estrutura total de rendimentos.

Vendas

Pelo quadro seguinte verificamos que a maior componente das vendas corresponde a fotocópias, impressos e publicações, que representa 72,62% do total destes rendimentos.

Comparando os valores totais das vendas de 2020 com os de 2019, assistiu-se a um decréscimo de 41,34%, assumindo esta diminuição o valor de 7.713,50€.

Quadro 27 – Vendas

Vendas	2020	Variação	2019
Fotocópias, Impressos e Publicações	7.949,07 €	-2.607,67 €	10.556,74 €
Livros e documentação técnica	1.974,78 €	-198,03 €	2.172,81 €
Fardamentos e artigos pessoais	121,96 €	121,96 €	0,00 €
Outros Produtos	899,72 €	-5.029,76 €	5.929,48 €
Total	10.945,53 €	-7.713,50 €	18.659,03 €

Verifica-se que os rendimentos provenientes da venda de livros e documentação técnica, registam em 2020, um decréscimo de 9,11%, ou seja, uma variação negativa de 198,03€.

Prestações de Serviço

Quando comparado com o ano anterior, em 2020 verifica-se um decréscimo de 8,24% nas prestações de serviço, o que representa uma variação negativa de 52.170,18€.

Destacam-se as reduções de rendimentos com inscrição em seminários, congressos e workshops e com ações de formação que, respetivamente, registam diminuições de 93.670,81€ (-83,98%) e 59.243,50€ (-52,78%).

Também os serviços laboratoriais, os outros serviços e a realização de trabalhos gráficos apresentam, em 2020, decréscimos respetivos de 10.329,70€ (-14,58%), 11.107,70€ (-17,07%) e 3.655,49€ (-69,20%).

Com tendência contrária, estão os rendimentos com atos clínicos e avaliação e os estudos, pareceres, projetos e consultadoria que registam crescimentos respetivos de 14.809,83€ (+24,32%) e 80.872,80€ (39,06%).

Quadro 28 – Prestações de Serviços

Prestações de Serviço	2020	Variação	2019
Ações de Formação	53.004,00 €	-59.243,50 €	112.247,50 €
Atos clínicos e avaliação	75.715,00 €	14.809,83 €	60.905,17 €
Serviços de docência	20.480,64 €	20.480,64 €	0,00 €
Inscrição em seminários, congressos e workshops	17.865,00 €	-93.670,81 €	111.535,81 €
Serviços de investigação	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Serviços educativos e culturais	1.297,70 €	1.297,70 €	0,00 €
Serviços laboratoriais	60.535,69 €	-10.329,70 €	70.865,39 €
Outros serviços	53.966,25 €	-11.107,70 €	65.073,95 €
Vistorias e ensaios	8.376,05 €	8.376,05 €	0,00 €
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	287.898,47 €	80.872,80 €	207.025,67 €
Realização de Trabalhos Gráficos	1.627,14 €	-3.655,49 €	5.282,63 €
Total	580.765,94 €	-52.170,18 €	632.936,12 €

Impostos e Taxas

A seguir, apresenta-se uma análise detalhada dos impostos e taxas, onde se incluem as propinas de formação inicial.

Quadro 29 – Impostos e Taxas

Impostos e taxas	2020	Varição	2019
Propinas formação inicial	3.950.471,65 €	-1.363.317,10 €	5.313.788,75 €
Propinas de pós-graduações	79.030,73 €	-61.715,99 €	140.746,72 €
Propinas de mestrados	1.273.641,77 €	-268.207,52 €	1.541.849,29 €
Propinas de doutoramentos	155.975,19 €	-14.341,65 €	170.316,84 €
Propinas internacionais	1.545.746,05 €	694.173,92 €	851.572,13 €
Propinas - Outras	262.846,13 €	-27.044,06 €	289.890,19 €
Propinas de mestrados integrados	153.378,21 €	-59.272,69 €	212.650,90 €
Taxas de matrícula	426.672,10 €	38.308,67 €	388.363,43 €
Taxas de exames	15.075,00 €	-4.980,00 €	20.055,00 €
Taxas de melhorias de nota	9.412,82 €	332,82 €	9.080,00 €
Seguro escolar	88.176,28 €	514,24 €	87.662,04 €
Outras taxas	427.524,45 €	29.264,82 €	398.259,63 €
Multas	59.811,58 €	-74.003,11 €	133.814,69 €
Total	8.447.761,96 €	-1.110.287,65 €	9.558.049,61 €

O valor dos rendimentos com impostos e taxas registados em 2020, apresenta um decréscimo de 11,62%, face ao valor registado no ano anterior (-1.110.287,65€). Esta redução é essencialmente verificada nas propinas de formação Inicial, com uma redução de 1.363.317,10€ (-25,66%). Esta redução é fundamentalmente explicada pela fixação do limite máximo da propina, estabelecido nos Orçamentos do Estado de 2019 e 2020.

Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

Quadro 30 – Transferências e Subsídios Correntes

	2020	Varição	2019
Administração Central			
Estado	36.877.386,00 €	1.489.248,00 €	35.388.138,00 €
Outras Entidades	3.680.075,25 €	8.292,21 €	3.671.783,04 €
Segurança Social	8.250,58 €	5.740,59 €	2.509,99 €
Administração local	10.926,75 €	-46.126,89 €	57.053,64 €
Setor privado			
Empresas financeiras	0,00 €	-1.650,00 €	1.650,00 €
Entidades de setor não lucrativo	173.047,91 €	-228.694,02 €	401.741,93 €
Resto do mundo		0,00 €	
União Europeia - Instituições	4.476.433,79 €	1.040.180,06 €	3.436.253,73 €
União Europeia - Países membros	1.343.559,26 €	-96.145,40 €	1.439.704,66 €
Países terceiros e organizações internacionais	16.201,51 €	-138.309,00 €	154.510,51 €
Total	46.585.881,05 €	2.032.535,55 €	44.553.345,50 €

As transferências provenientes da Administração Central representam 87,06% do total das transferências e subsídios correntes obtidos.

A Administração Central corresponde ao plafond atribuído pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e outros subsídios à exploração provenientes do Orçamento do Estado à Universidade do Algarve, com a finalidade de financiar as suas despesas correntes, assim como as transferências, no âmbito dos projetos I&D, relativas à participação portuguesa e comunitária nesses projetos cofinanciados.

Em 2020, verifica-se um acréscimo nas transferências provenientes da Administração Central de 1.497.540,21€, o que representa um crescimento de 3,83%.

O Estado transferiu mais 1.486.248€ (+4,21%) do que em 2019. Já as outras entidades, assim como a FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, transferiram adicionalmente a quantia de 8292,21€ (+0,23%)

Todos os outros subsídios à exploração, não provenientes da Administração Central referem-se, fundamentalmente a transferência para projetos de investigação e Unidades I&D celebrados em parceria com outras entidades, normalmente de duração plurianual.

As principais entidades financiadoras destes projetos são:

- Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de programas nos domínios científicos (PTDC), programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D comparticipação nacional;
- Comissão Europeia: financia projetos de investigação específicos, normalmente desenvolvidos por várias entidades parceiras, como o programa Erasmus e Erasmus Mundus.

Também as transferências provenientes da União Europeia – Instituições registam um acréscimo de 1.040.180,06€ (+30,27%).

Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

As reversões de dívidas a receber registam em 2020 um acréscimo de 190.193,20€ (+32,56%).

Quadro 31 – Imparidades de Ativos

Reversões	2020	Variação	2019
Contas a receber de clientes	4.510,58 €	205.049,11 €	1.654,50 €
Contas a receber de alunos	769.894,11 €	1.973.512,89 €	582.556,99 €
Total	774.404,69 €	2.178.562,00 €	584.211,49 €

Quer as reversões de contas a receber de clientes, quer as provenientes de contas a receber de alunos, ambas registam aumentos respetivos de 2.856,08€ (172,62%) e 187.337,12€ (32,16%).

Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos registam em 2020 um decréscimo de 189.219,63€ (-5,32%).

Quadro 32 – Outros rendimentos e ganhos

	2020	Varição	2019
Rendimentos suplementares			
Aluguer de equipamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aluguer de salas	75.710,83 €	3.807,23 €	71.903,60 €
Aluguer de instalações desportivas	0,00 €	-820,50 €	820,50 €
Aluguer do bar	12.099,60 €	-15.759,41 €	27.859,01 €
Aluguer de autocarro	70,50 €	70,50 €	0,00 €
Outros alugueres	9.235,75 €	2.225,94 €	7.009,81 €
Estudos, projetos e assistência tecnológica	20.300,00 €	-63.050,00 €	83.350,00 €
Outros rendimentos suplementares			
Compensação por cedência de pessoas ou instalações	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Compensação de água e luz	81.273,89 €	56.941,62 €	24.332,27 €
Compensação de telefone	191,03 €	191,03 €	0,00 €
Compensação CTT	330,23 €	-553,42 €	883,65 €
Patrocínios	4.925,62 €	-6.574,38 €	11.500,00 €
Donativos	602.371,52 €	-101.425,18 €	703.796,70 €
Artigos publicitários	60,97 €	60,97 €	0,00 €
Outros rendimentos suplementares monetários	95.180,60 €	-7.590,53 €	102.771,13 €
Donativos não monetários	0,00 €	-60,78 €	60,78 €
Ganhos em inventários	4.221,71 €	4.221,71 €	0,00 €
Rendimentos e ganhos controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Outros rendimentos	196.720,21 €	196.720,21 €	0,00 €
Rendimentos em investimentos não financeiros			
Outros rendimentos	0,00 €	-769,16 €	769,16 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares			
Juros obtidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de financiamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros			
Correções relativas a períodos anteriores	-4.644,45 €	-22.683,46 €	18.039,01 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2.259.110,84 €	-62.393,33 €	2.321.504,17 €
Outros não especificados	8.958,43 €	-171.778,69 €	180.737,12 €
	3.366.117,28 €	-189.219,63 €	3.555.336,91 €

A componente com maior peso nesta tipologia de rendimento é a Imputação de subsídios e transferências para investimentos, que representa 67,11% do total dos outros rendimentos e ganhos.

A “Imputação de subsídios e transferências para investimentos” refere-se a subsídios ao investimento que a UAlg recebeu mas que o reconhecimento do respetivo rendimento ocorre num horizonte temporal de médio / longo prazo, numa base sistemática, em paralelo com o registo das amortizações/depreciações do ativo fixo a que respeitam.

d) Gastos

Relativamente aos gastos e analisando-os na sua totalidade, comparativamente com 2019, em 2020 verifica-se um decréscimo de 1,08%, o que se traduz numa redução de 625.034,47€.

A redução mais expressiva, verifica-se nos fornecimentos e serviços externos com uma diminuição de 1.313.477,23€ (-20,12%).

Também as transferências e subsídios concedidos e os gastos de depreciação e de amortização registam decréscimos respetivos de 276.407,94€ (-10,93%) e 187.584,97€ (-5,82%).

Com tendência idêntica, temos o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e os gastos por juros e outros encargos que, respetivamente, registam reduções de 2.238,86€ (-25,30%) e 6.851,81€ (-72,15%).

Quadro 33 – Estrutura de Gastos

Estrutura de Gastos	2020	Peso	Varição	2019	Peso
Transferências e Subsídios Concedidos	2.251.377,56 €	3,94%	-276.407,94 €	2.527.785,50 €	4,38%
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	6.609,59 €	0,01%	-2.238,86 €	8.848,45 €	0,02%
Fornec. e Serviços Externos	5.216.296,74 €	9,13%	-1.313.477,23 €	6.529.773,97 €	11,30%
Gastos com Pessoal	44.939.572,75 €	78,65%	221.265,09 €	44.718.307,66 €	77,42%
Gastos de Depreciação e de Amortização	3.033.100,46 €	5,31%	-187.584,97 €	3.220.685,43 €	5,58%
Provisões de Processos judiciais em curso	258.185,39 €	0,45%	242.185,39 €	16.000,00 €	0,03%
Perdas por imparidades	995.584,15 €	1,74%	542.379,20 €	453.204,95 €	0,78%
Gastos Por Juros e Outros Encargos	2.645,35 €	0,00%	-6.851,81 €	9.497,16 €	0,02%
Outros Gastos	433.770,91 €	0,76%	155.696,66 €	278.074,25 €	0,48%
Total	57.137.142,90 €		-625.034,47 €	57.762.177,37 €	

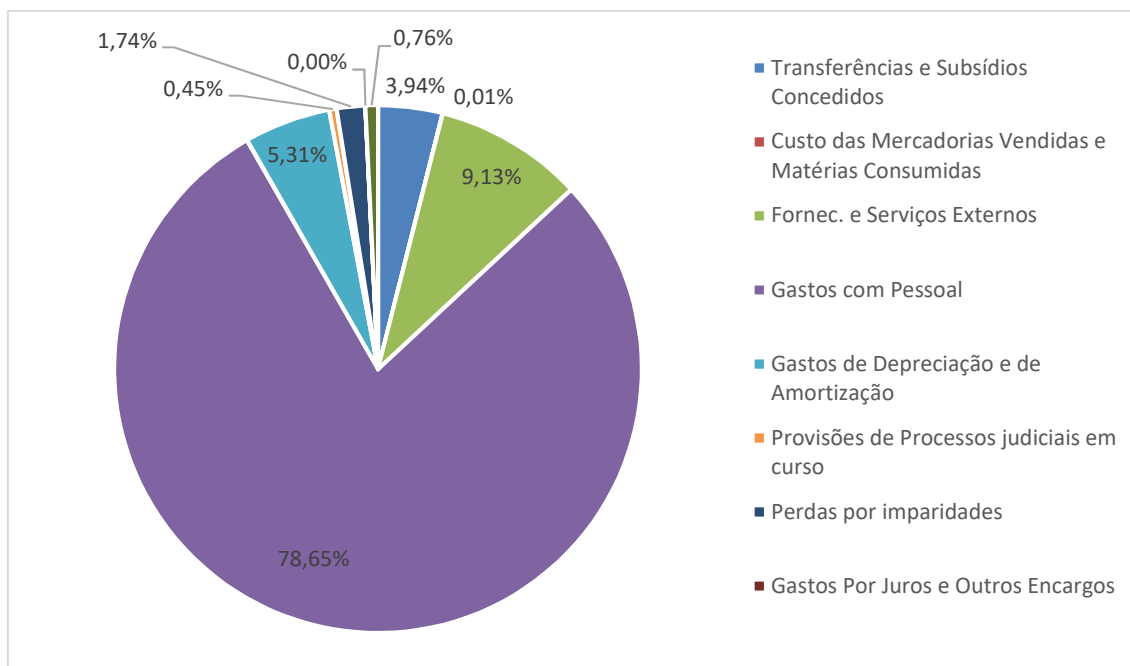
Por outro lado, quer os gastos com pessoal, quer as provisões de processos judiciais em curso, ambos registam aumentos respetivos de 221.265,09€ (+0,49%) e 242.185,39€ (+1.513,66%).

Também com tendência crescente estão as perdas por imparidade e os outros gastos que, respetivamente, apresentam aumentos de 542.379,20€ (+119,68%) e 155.696,66€ (+55,99%).

Segundo o gráfico abaixo, pode-se observar que do total de gastos destacam-se os gastos com o pessoal, com uns significativos 78,65%, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos, onde se incluem as aquisições de materiais necessários ao funcionamento corrente da Universidade, com 9,13%.

Os gastos de depreciação e de amortização representam 5,31% e as transferências correntes concedidas, onde se incluem as bolsas no âmbito de mobilidade de estudantes e investigação atribuídas, representam 3,94% do total dos gastos da Universidade do Algarve.

Gráfico 4 – Estrutura de Gastos – 2020



Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi calculado da seguinte forma:

Quadro 34 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Código das Contas	Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
33	Existências iniciais	12.408,35 €
31	Compras	21.400,69 €
38	Regularização de existências	4.221,71 €
33	Existências finais	31.421,16 €
Custos no exercício		6.609,59 €

Fornecimentos e Serviços Externos

Numa análise particular aos fornecimentos e serviços externos destacam-se os designados encargos comuns da instituição, como sejam os custos com a eletricidade, água, combustíveis, comunicações, limpeza, vigilância das instalações, seguros e conservação e reparação.

Como se pode verificar no quadro seguinte, esta tipologia de gastos regista em 2020 um decréscimo de 393.364,01€ (-14,72%).

Estes gastos foram fortemente influenciados pela conjuntura pandémica COVID19, vivida na maior parte do ano de 2020.

Apenas as componentes de limpeza, higiene e conforto, vigilância e segurança e seguros apresentam crescimentos, com aumentos respetivos de 66.557,87€ (19,24%), 2.105,07€ (+0,54%) e 4.455,88€ (14,97%).

Quadro 35 – Fornecimentos e Serviços Externos

	2020	Variação	2019
Electricidade	800.229,70 €	-181.750,33 €	981.980,03 €
Água	215.884,15 €	-92.585,49 €	308.469,64 €
Combustíveis e lubrificantes	20.340,78 €	-33.180,21 €	53.520,99 €
Comunicação	137.278,95 €	-54.613,81 €	191.892,76 €
Limpeza, higiene e conforto	412.537,33 €	66.557,87 €	345.979,46 €
Vigilância e segurança	392.306,72 €	2.105,07 €	390.201,65 €
Seguros	34.226,00 €	4.455,88 €	29.770,12 €
Conservação e reparação	266.524,79 €	-104.352,99 €	370.877,78 €
Total	2.279.328,42 €	-393.364,01 €	2.672.692,43 €

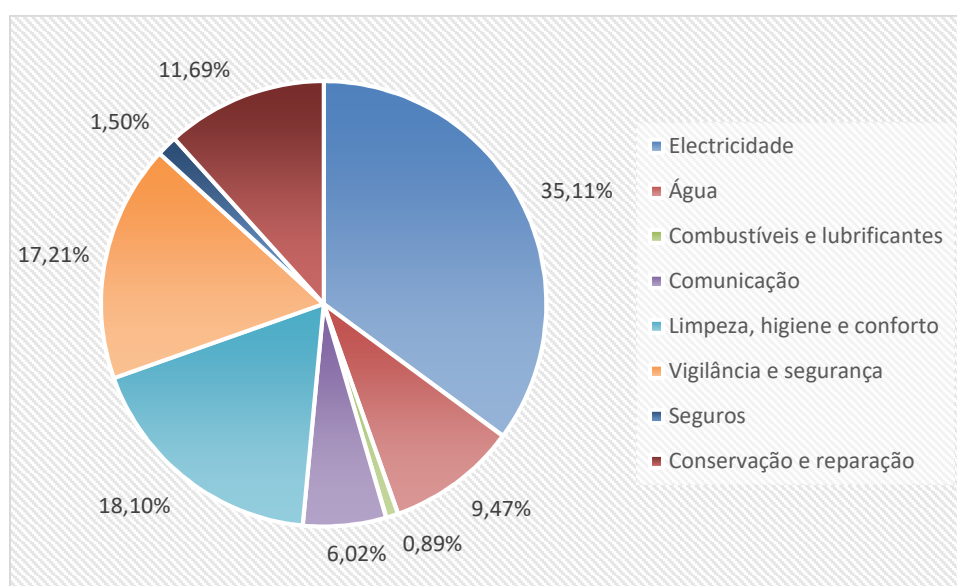
Materialmente, a componente que apresenta uma maior redução de gasto é a eletricidade que regista um decréscimo de 181.750,33€ (-18,51%).

Também com decréscimos, estão os gastos com a água e conservação e reparação, com reduções respetivas de 92.585,49€ (-30,01%) e 104.352,99€ (-28,14%).

Igualmente, também os gastos com combustíveis e lubrificantes e com comunicações registam diminuições respetivas de 33.180,21€ (-61,99%) e 54.613,81€ (-28,46%).

O seguinte gráfico indica-nos a distribuição dos custos com fornecimentos e serviços externos, verificando-se que os de maior peso são a eletricidade com 35,11%, a limpeza com 18,10%, a vigilância das instalações com 17,21%, a conservação e reparação com 11,69%, o consumo de água com 9,47% e as comunicações com 6,02%.

Gráfico 5 – Fornecimentos e Serviços Externos – 2020



O seguinte quadro mostra-nos, outras contas de fornecimentos e serviços externos, cuja relevância é igualmente significativa.

Quadro 36 – Outros Fornecimentos e Serviços Externos

Outros fornecimentos e serviços externos	2020	Variação	2019
Honorários	248.507,12 €	-50.164,93 €	298.672,05 €
Material de escritório	37.349,68 €	-10.666,21 €	48.015,89 €
Despesas de representação dos serviços	22.621,66 €	-53.998,26 €	76.619,92 €
Deslocações e estadas	105.328,53 €	-328.567,19 €	433.895,72 €
Publicidade	59.078,50 €	-82.918,58 €	141.997,08 €
Trabalhos especializados	1.159.385,18 €	-78.031,83 €	1.237.417,01 €
Produtos químicos e de laboratórios	215.775,42 €	-148.987,25 €	364.762,67 €
Outros fornecimentos e serviços externos	1.088.922,23 €	-166.778,97 €	1.255.701,20 €
Total	2.936.968,32 €	-920.113,22 €	3.857.081,54 €

Estes outros fornecimentos e serviços, também registam uma variação negativa de 920.113,22€ (-23,86%). Essencialmente explicada pela conjuntura pandémica COVID19, que abrangeu a maior parte do ano de 2020.

Todas as componentes que integram esta tipologia de gastos registam variações negativas, destacando-se os gastos com deslocações e estadas que apresentam uma redução de 328.567,19€ (-75,72%).

Os produtos químicos e de laboratórios, os outros fornecimentos e serviços externos, os gastos com publicidade e os trabalhos especializados registam diminuições respetivas de 148.987,25€ (-40,84%), 166.778,97€ (-13,28%), 82.918,58€ (-58,39%) e 78.031,83€ (-6,31%).

Também as despesas de representação dos serviços, os honorários e o material de escritório, apresentam respetivamente reduções de 53.998,26€ (-70,48%), 50.164,93€ (-16,80%) e 10.666,21€ (-22,21%).

Gastos com o Pessoal

Fazendo uma análise detalhada aos gastos com o pessoal temos a comparação entre os anos de 2020 e 2019 no quadro abaixo.

Quadro 37 – Gastos com o Pessoal

Gastos com pessoal	2020	Variação	2019
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	322.485,49 €	40.289,32 €	282.196,17 €
Remuneração base Pessoal	28.952.536,19 €	369.180,87 €	28.583.355,32 €
Suplementos e prémios	161.756,50 €	-24.541,25 €	186.297,75 €
Prestações Sociais Directas	18.003,21 €	-1.063,64 €	19.066,85 €
Subsídio de Férias e Natal	5.079.353,40 €	-82.541,25 €	5.161.894,65 €
Subsídio de Refeição	966.845,61 €	-897,75 €	967.743,36 €
Abonos Variáveis ou Eventuais	166.016,71 €	-119.299,20 €	285.315,91 €
Encargos sobre remunerações	8.403.282,71 €	34.394,12 €	8.368.888,59 €
Remunerações por Doença	646.729,14 €	-82.588,42 €	729.317,56 €
Outros Custos com o Pessoal	222.563,79 €	88.332,29 €	134.231,50 €
Total	44.939.572,75 €	221.265,09 €	44.718.307,66 €

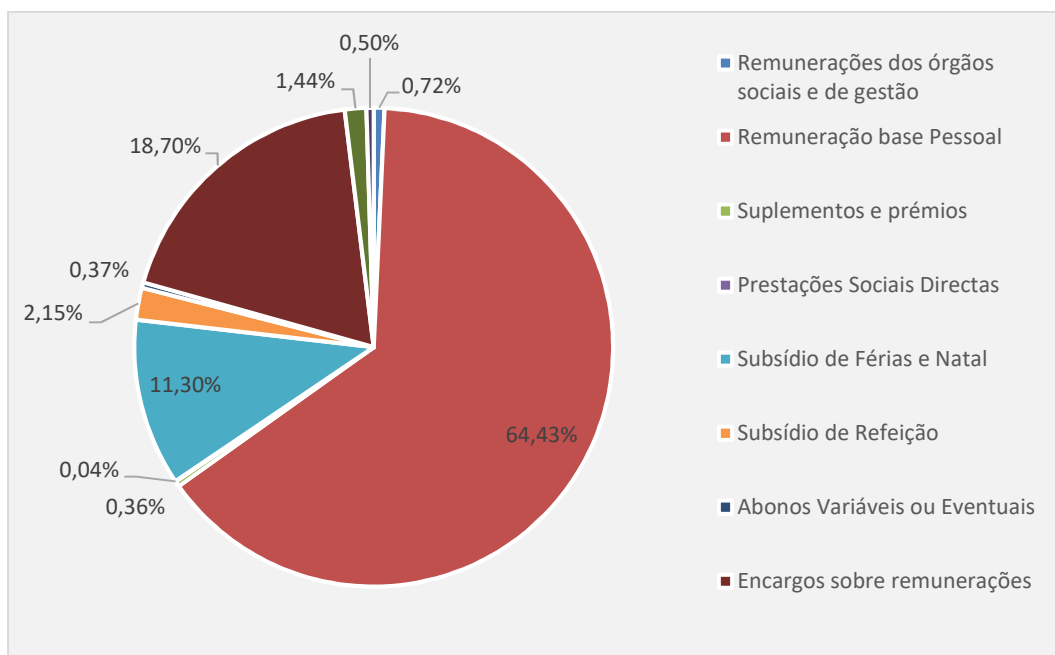
Quando comparados com o ano transato, em 2020 os gastos com o pessoal registam um acréscimo de 0,49%, o que representa uma variação positiva de 221.265,09€.

As situações que justificam este aumento são:

- Contratações no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP);
- Contratação de investigadores doutorados no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016 de 24 de agosto, (diploma que estimula o emprego Científico e Tecnológico);
- Em 2019 procedeu-se ao pagamento das valorizações e acréscimos remuneratórios derivadas das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório de forma faseada, enquanto que em 2020 os pagamentos são efetuados a 100%, pelo que contribuiu para o crescimento dos encargos com a remuneração base, face ao ano anterior.

Observando o gráfico dos gastos com o pessoal, a esmagadora maioria (64,43%), diz respeito a remunerações base do pessoal, seguidos dos encargos sobre as remunerações com 19,25% do total dos gastos com pessoal. As contas de subsídio de férias e natal e subsídios de refeição representaram, respetivamente, 10,75% e 2,15% do montante global dos gastos com pessoal.

Gráfico 6 – Gastos com Pessoal – 2020



Transferências e subsídios concedidos

A grande maioria destes gastos respeitam ao pagamento de bolsas (91,35%).

Quadro 38 – Transferências e Subsídios Concedidos 2020 e 2019

Transferências e subsídios concedidos	2020	Variação	2019
Transferências correntes concedidas Estado	29.893,00 €	28.943,00 €	950,00 €
Transferências correntes concedidas - Outras Entidades Públicas	0,00 €	-9.954,84 €	9.954,84 €
Transferências correntes concedidas - Entidades Setor não Lucrativo	83.550,17 €	-71.449,83 €	155.000,00 €
Transferências correntes concedidas - Famílias	2.056.827,39 €	-289.408,07 €	2.346.235,46 €
Transferências correntes concedidas - Resto do Mundo	81.107,00 €	65.461,80 €	15.645,20 €
Total	2.251.377,56 €	-276.407,94 €	2.527.785,50 €

Em 2020 as transferências e subsídios concedidos registam um decréscimo de 276.407,94€ (-10,93%).

Provisões

Todos os valores inscritos em provisões decorrem de processos judiciais em curso:

Quadro 39 – Provisões

	Quantia escriturada inicial	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final
Impostos, contribuições e juros de mora	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Garantias a clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Processos judiciais em curso	28.153,61 €	258.185,39 €	0,00 €	286.339,00 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias ambientais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contratos onerosos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reestruturação e reorganização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras provisões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	28.153,61 €	258.185,39 €	0,00 €	286.339,00 €

Outros gastos e perdas

Em 2020 os outros gastos e perdas apresentam um aumento de 155.696,66€ (+55,99%).

Quadro 40 – Outros Gastos e Perdas

Outros gastos	2020	Varição	2019
Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Impostos indiretos	9.000,00 €	-25.502,00 €	34.502,00 €
Taxas	139.231,89 €	102.867,56 €	36.364,33 €
Abates	1.749,10 €	1.749,10 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	218.870,57 €	81.242,77 €	137.627,80 €
Quotizações	45.247,44 €	2.427,83 €	42.819,61 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros não especificados	19.671,91 €	-7.088,60 €	26.760,51 €
Total	433.770,91 €	155.696,66 €	278.074,25 €

A componente que maior peso representa nesta estrutura de gastos é “correções relativas a períodos anteriores”. São situações que na sua maioria referem-se a gastos relativos a exercícios já encerrados.

É de realçar que o acréscimo verificado na componente de taxas no valor de 102.867,56€ (+282,88%), respeita a pagamentos efetuados à A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, relativos a pedidos de acreditação de cursos.

Gastos com Depreciação e Amortizações

No que concerne aos gastos de depreciação e de amortização constantes do quadro seguinte, verificamos que houve um decréscimo de 5,82%, ou seja, uma variação negativa de 187.584,97€.

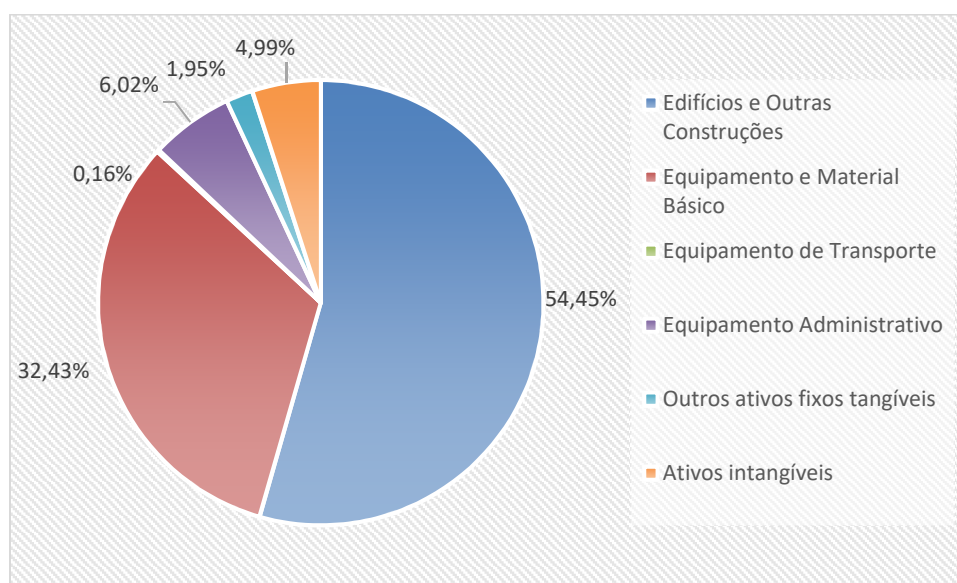
Quadro 41 – Gastos com Depreciações e Amortizações

Depreciações e Amortizações do exercício	2020	Varição	2019
Edifícios e outras construções	1.651.391,41 €	-197.110,66 €	1.848.502,07 €
Equipamento e material básico	983.540,70 €	-33.124,28 €	1.016.664,98 €
Equipamento de transporte	4.884,66 €	0,00 €	4.884,66 €
Equipamento administrativo	182.687,26 €	22.685,75 €	160.001,51 €
Outros ativos fixos tangíveis	59.167,73 €	9.867,05 €	49.300,68 €
Ativos intangíveis	151.428,70 €	10.097,17 €	141.331,53 €
Total	3.033.100,46 €	-187.584,97 €	3.220.685,43 €

A componente que maior contributo presta a esta diminuição são os edifícios e outras construções, que regista uma redução de 197.110,66€ (-10,66%). Esta redução está relacionada com a cedência de edifícios aos Serviços de Ação Social.

Analisando o gráfico abaixo sobre os gastos de depreciação e de amortização, o maior peso são as relativas a edifícios e outras construções, com 54,45% do total, logo seguidas pelas amortizações relativas a equipamento e material básico, com 32,43%. As amortizações do equipamento administrativo representam 6,02%.

Gráfico 7 – Gastos de Depreciação e de Amortização – 2020



Juros e Gastos Similares Suportados

Em 2020, esta componente apresenta um decréscimo de 6.851,81€ (-72,15%). Estes encargos respeitam a juros pagos pela mora no pagamento de faturas a fornecedores.

e) Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do período ascendeu a 2.629.317,05€, o qual deverá ser transferido para resultados transitados no período subsequente.

6. Organização Interna

Em 2020, a Universidade do Algarve preparou pela segunda vez a prestação de contas nos moldes definidos pelo SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

6.1 – Caracterização da Entidade

6.1.1 - Identificação

A Universidade é uma pessoa coletiva de direito público dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

A Universidade do Algarve tem a sua sede na cidade de Faro e dispõe de um Pólo em Portimão. Encontra-se sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e tem a classificação orgânica 09.1.03.04.00. O seu número de identificação de pessoa coletiva é o 505 387 271.

A Universidade pode realizar ações com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais.

6.1.2 - Legislação

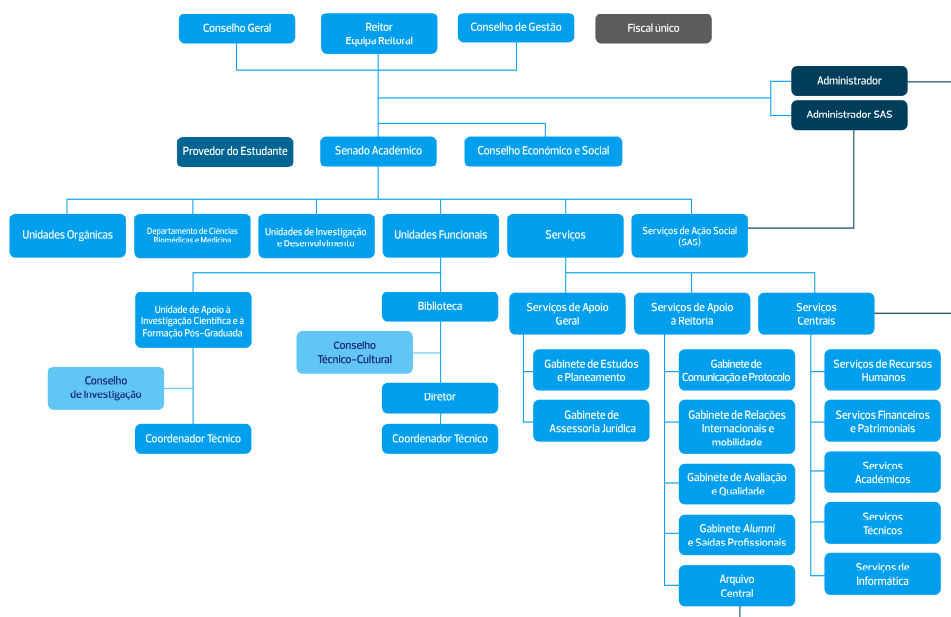
A Universidade de Algarve, foi criada pela Lei n.º 11/79, de 28 de março, tendo os seus Estatutos sido homologados pelo Despacho Normativo n.º 198/91, de 24 de agosto, publicados no DR n.º 211 – I Série B, de 13-09-1991, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 13002/2000 (2ª Série), publicado em DR n.º 145 – II Série, de 26-06-2000, Despacho Normativo n.º 2/2001, de 11 de dezembro, publicado no DR n.º 10 – I Série B, de 12-01-2001 (1ª alteração) e Despacho Normativo n.º 15/2002, de 20 de fevereiro, publicado no DR n.º 65 – I Série B, de 18-03-2003 (integra a Escola Superior de Enfermagem de Faro na Universidade do Algarve, convertida em Escola Superior de Saúde de Faro, nos termos da Portaria n.º 476/2003 publicada no DR n.º 134 – I Série B, de 11 de junho de 2003).

A 10 de setembro de 2007 foi publicada a Lei n.º 62/2007, diploma que instituiu o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Essa lei implicou uma mudança significativa na organização da Universidade, que se traduziu na publicação de novos estatutos, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 172.º.

Os atuais Estatutos da Universidade do Algarve foram homologados pelo Despacho Normativo nº 65/2008, publicado no DR – 2ª série nº 246 de 22 de dezembro – tendo entrado em vigor no dia útil seguinte.

6.1.3 - Estrutura Organizacional

A Universidade do Algarve apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Conforme o seu organograma e de acordo com o artigo 16.º dos Estatutos da Universidade tem como órgão independente o Provedor do Estudante cuja função é a defesa e a promoção dos direitos e interesses legítimos dos estudantes.

O Provedor do Estudante é designado pelo Conselho Geral, de entre individualidades que não pertençam à Instituição.

De acordo com o artigo 19.º dos seus Estatutos, são órgãos da Universidade:

- a) O Conselho Geral;
- b) O Reitor;
- c) O Conselho de Gestão;
- d) O Senado Académico.

Ainda de acordo com este mesmo artigo 19.º, “a Universidade dispõe ainda de um órgão consultivo denominado Conselho Económico e Social”.

O Conselho Económico e Social é um órgão de consulta da Universidade, visando a promoção das relações entre esta e a sua envolvente regional, no âmbito social e económico.

A Universidade dispõe de um Fiscal Único, de acordo com o artigo 67.º dos seus Estatutos. Em 01 de outubro de 2015, foi celebrado contrato de prestação de serviços no âmbito das funções de Fiscal Único com a BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda.

A Universidade estrutura-se em unidades orgânicas, unidades de investigação e de desenvolvimento, serviços e unidades funcionais. As unidades orgânicas são unidades de ensino e de investigação e são designadas por Faculdade, no caso do ensino universitário, e por Escola Superior ou Instituto Superior, no caso do ensino politécnico (artigo 9.º dos Estatutos).

Na Universidade do Algarve existem as seguintes unidades orgânicas (artigo 10.º dos Estatutos):

- a) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais;
- b) Faculdade de Ciências e Tecnologia;
- c) Faculdade de Economia;
- d) Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas;
- e) Escola Superior de Educação e Comunicação;
- f) Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo;
- g) Escola Superior de Saúde;
- h) Instituto Superior de Engenharia

As unidades orgânicas gozam de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural e administrativa (artigo 10.º dos Estatutos) e dispõem dos seguintes órgãos (artigo 45.º dos Estatutos):

- a) O Diretor;
- b) O conselho Científico, nas Faculdades;
- c) O conselho Técnico-Científico, nas Escolas e Instituto;
- d) O Conselho Pedagógico.

Com vista ao acolhimento do Curso de Medicina e ao desenvolvimento dos 1.º e 2.º ciclos de Ciências Biomédicas, foi criado pelo Despacho Reitoral n.º 38/08 de 14.08.2008, o Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina, que funciona na dependência direta da Reitoria. Em reunião de 11 de setembro de 2019 do Conselho Geral da Universidade do Algarve, foi aprovada a criação da Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas da Universidade do Algarve, cujos estatutos foram publicados em Diário da República de 11 de novembro de 2020 pelo Aviso n.º 18272/2020.

A Universidade dispõe ainda de Serviços de Ação Social (artigo 12.º dos Estatutos). Os Serviços de Ação Social são uma Unidade Orgânica dotada de autonomia administrativa e financeira, encontrando-se sujeitos à fiscalização do fiscal único e as suas contas são consolidadas com as da Universidade (artigo 58.º dos Estatutos). A estrutura destes serviços, funcionamento e competências são reguladas pelo Decreto-Lei nº 129/93 de 22 de abril de 1993 e pelo regulamento orgânico dos Serviços de Ação Social.

A Biblioteca da Universidade é uma unidade funcional, dotada de autonomia administrativa, que acolhe todas as bibliotecas da instituição e as áreas da informação e documentação (artigo 59.º dos Estatutos).

A Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada é uma unidade funcional da Universidade e tem como objetivo apoiar a expansão qualitativa e diversificada da investigação científica, bem como as linhas de formação pós-graduada (artigo 61.º dos Estatutos).

6.1.4 – Descrição Sumária das Atividades

A Universidade do Algarve é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura e do conhecimento humanístico, artístico, científico e tecnológico, contribuindo para a promoção cultural e científica da sociedade, com vista a melhorar a sua capacidade de antecipação e resposta às alterações sociais, científicas e tecnológicas, para o desenvolvimento das comunidades, em particular da região do Algarve, para a coesão social, promovendo e consolidando os valores da liberdade e da cidadania (artigo 2.º dos Estatutos).

A Universidade tem por fins:

- a) A formação humanística, cultural, artística, científica, técnica e profissional, através de cursos de ensino superior e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização e formação;
- b) A realização de investigação de alto nível e o desenvolvimento experimental;
- c) A colaboração com entidades públicas e privadas, através do estabelecimento de protocolos, convénios, consórcios e parcerias;
- d) A promoção da internacionalização das suas atividades através do intercâmbio científico, educacional, tecnológico e cultural com outras instituições, apoio à projeção internacional das suas atividades, contribuição para a cooperação internacional e a promoção da língua e cultura portuguesas;
- e) A criação de instrumentos de promoção, sustentabilidade e avaliação, interna e externa da qualidade e de prestação de contas, designadamente a permanente autoavaliação das suas atividades, formas de recrutamento e seleção de estudantes, docentes e investigadores que assegurem o juízo de mérito de forma independente, condições para a formação, qualificação e o desenvolvimento profissional de docentes, investigadores e pessoal não docente, a promoção da qualidade de vida e do trabalho dos estudantes, a instituição de prémios e incentivos destinados a reconhecer o mérito e a apoiar as atividades que valorizem a Universidade, o fomento da realização pessoal dos seus membros, a dinamização de plataformas virtuais e mecanismo de ensino à distância, suportes de redes alargadas de intervenção e de qualificação.

À Universidade compete a concessão de graus e títulos académicos, graus e títulos honoríficos, designadamente o grau de doutor honoris causa, e de outros certificados e diplomas, bem como a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicas.

6.1.5 – Recursos Humanos

No ano económico de 2019, os órgãos de governo da Universidade tinham os seguintes titulares:

Conselho Geral (2020)

Presidente:

Vitor José Cabrita Neto

Representantes dos Professores:

Ana Catarina Baptista de Jesus Correia

Ana Cristina Hurtado de Matos Coelho

Ana Isabel da Costa Conceição Guerra

Ana Maria Duarte Inácio Marreiros

Ana Teresa Luís Lopes Maia

Anabela Maria Lopes Romano

António Manuel da Conceição Guerreiro

Aurízia Félix Sousa Anica

Carina Infante do Carmo

Filipa Perdigão Alexandre Ribeiro

Isménio Lourenço Eusébio Martins

João Filipe Marques

José António de Sousa Moreira

José Manuel Sousa de São José

Luís Sérgio Gonçalves Vieira

Marco Paulo dos Santos Carrasco

Maria Palma Mateus

Rui Carlos Gonçalves Graça e Costa

Representantes dos Estudantes:

João Diogo Santos Pereira

João Tiago Pereira Silvestre

João Pedro Sá de Carvalho

Tatiana Alexandra Meireles Mira

Representante do Pessoal Não Docente e Não Investigador

Amadeus de Matos Cardoso

Membros Externos:

Ana Cristina Jacinto da Silva

Filipe Duarte Branco da Silva Santos

Henrique Luz Rodrigues

Humberto Félix Teixeira da Conceição

João Augusto Castel-Branco Goulão

José Rui Felizardo

Luis Filipe Canadas Ferrinho

Paulo Jorge de Lima Dentinho

Maria Teresa de Pinho Marques Espassadim

Vitor José Cabrita Neto.

Reitor e Equipa Reitoral

Reitor:

Prof. Doutor Paulo Manuel Roque Águas

Vice-Reitores:

Profª Doutora Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas

Prof. Doutor Saul Neves de Jesus

Profª Doutora Maria Alexandra Anica Teodósio

Pró-Reitores:

Prof. Doutor João Miguel Fernandes Rodrigues

Profª Doutora Maribela Fátima Oliveira Pestana Correia

Administrador:

Lic. António Joaquim Godinho Cabecinha

Diretores das Unidades Orgânicas:

Faculdade de Ciências e Tecnologia:

Prof.^a Doutora Maria de Lurdes dos Santos Cristiano

Faculdade de Economia:

Prof. Doutor Efigénio da Luz Rebelo

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais:

Prof. Doutor Manuel Célio de Jesus da Conceição (Até 15.01.2020)

Prof. Doutor Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho (Após 15.01.2020)

Escola Superior de Educação e Comunicação:

Prof. Doutor António Carlos Camilo Correia de Lacerda

Instituto Superior de Engenharia:

Prof. Doutor António Manuel de Sousa Baltazar Mortal

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo:

Prof.^a Doutora Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues Gonçalves

Escola Superior de Saúde:

Prof. Doutor Luis Pedro Vieira Ribeiro

Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina/ Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas:

Prof. Doutor Pedro Jorge Gomes Teodósio Castelo-Branco (Até 20.01.2020)

Prof.^a Doutora Isabel Maria Mestre Marques Palmeirim de Alfarra Esteves (Após 20.01.2020)

Conselho de Gestão

Reitor; Prof. Doutor Paulo Manuel Roque Águas; que preside

Vice-reitora, Professora Doutora Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas;

Administrador, Dr. António Joaquim Godinho Cabecinha

Diretor de Serviços Financeiros e Patrimoniais, Dr. Carlos Filipe Martins do Nascimento;

Estudante, Raquel Anjinho Jacob, Presidente da Associação Académica (a função do aluno no Conselho de Gestão é participativa, não tem direito a decisão nem voto, mas deverá expressar a sua opinião).

Diretores de Serviço:

Serviços Académicos:

Mestre Maria Isabel Correia Borges Pereira Simões

Serviços Financeiros e Patrimoniais:

Lic. Carlos Filipe Martins do Nascimento

Serviços Técnicos:

Mestre Ana Paula Neto Ferreira

Serviços de Recursos Humanos

Lic. Maria Carlos Assunção Alho Ferreira

Serviços de Informática:

Mestre Joel David Valente Guerreiro

De acordo com o Balanço Social para o ano de 2019, o número de funcionários é de 1.242, discriminado da seguinte forma:

Dirigente superior: 5

Dirigente intermédio: 21

Técnico Superior: 147

Assistente técnico: 107

Assistente operacional: 52

Informático: 35

Pessoal de investigação científica: 84

Pessoal docente ensino universitário: 469

Pessoal docente ensino superior politécnico: 350

6.1.6 - Organização contabilística

Organização contabilística:

A contabilidade patrimonial, baseada no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da educação – POC-Educação – previsto na Portaria 794/2000, de 20 de setembro, foi introduzida na Universidade do Algarve no início do ano de 2004.

Em 01 de janeiro de 2019, passou para o SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

A Universidade encontra-se organizada por centros de financeiros, possuindo cada um deles capacidade para gerar receitas e efetuar despesas.

Como a Universidade se encontra organizada por unidades orgânicas, os serviços de contabilidade encontram-se descentralizados, existindo um setor de contabilidade em cada uma das unidades orgânicas e uma secção de contabilidade nos serviços centrais. No ano de 2008, foram centralizadas as operações ligadas à contabilidade patrimonial, começando esse procedimento pelos movimentos relacionados com despesas e operações diversas. No ano de 2009, centralizaram-se as operações relativas ao registo da receita. Assim, os serviços de contabilidade das unidades orgânicas realizaram até 2011, registos apenas na contabilidade orçamental. Com a implementação do SIGESTUALG (base SAP), no exercício de 2012 os serviços de contabilidade das Unidades Orgânicas passaram a efetuar operações contabilísticas, quer ao nível da contabilidade orçamental, quer ao nível da contabilidade patrimonial.

Em 01 de janeiro de 2019, foi implementado um novo software contabilístico – Primavera. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, de acordo com orientações emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP), das normas técnicas da Unileo, Unidade de implementação da Lei de Enquadramento e ainda nos moldes tradicionais de contabilidade unigráfica.

Todos os critérios utilizados para o registo dos factos patrimoniais e para a produção dos mapas de prestação de contas basearam-se nas diretrizes do SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

A prestação de contas da Universidade do Algarve, relativa ao ano de 2005, foi apresentada, pela primeira vez, nos moldes previstos pelo POC-Educação, possuindo todos os documentos exigidos pelo Artigo 4.º

da Portaria 794/2000, de 20 de setembro e seguindo as instruções do Tribunal de Contas Nº 1/2004, da 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, 2ª Série, de 14 de fevereiro de 2004.

A prestação de contas relativa ao ano económico de 2006 foi também apresentada de acordo com o POC-Educação, o que incluiu, pela primeira vez, a certificação legal das mesmas, elaborada pela empresa de auditoria BDO bdc Associados – SROC, Lda.

Foi também em 2006 que a Universidade do Algarve apresentou, pela primeira vez, a sua conta consolidada, enquanto grupo público definido pelo n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro. As contas da Universidade foram consolidadas com as contas dos Serviços de Ação Social.

Para o ano económico de 2019, a Universidade do Algarve irá apresentar as suas contas segundo o SNC-AP, sendo a sua conta certificada pela BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda., fiscal único da Universidade do Algarve, desde 01 de outubro de 2015.

A Universidade do Algarve irá apresentar a sua conta consolidada com as seguintes entidades:

- Serviços de Ação Social;
- Associação Rádio Universitária do Algarve;
- Associação Algarve STP;
- CINTAL – Centro de Investigação Tecnológico do Algarve

Manual de procedimentos:

Na Universidade do Algarve existem diversos manuais de procedimentos, que são objeto de atualização sempre que tal se revele necessário e legalmente obrigatório. Os manuais de procedimentos em utilização na Universidade são os seguintes:

- Manual de procedimentos do Património – revisto em 2007;
- Manual de procedimentos de projetos de investigação;
- Manual de atribuição de bolsas – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos de gestão de terceiros – elaborado em 2007;
- Manual com a definição de método para cálculo da estrutura de custos para a Universidade do Algarve – elaborado em 2007;
- Manual de protocolos;

- Manual da aplicação do IVA pró rata – elaborado em 2007 e atualizado anualmente;
- Manual de procedimentos das receitas da Biblioteca Central – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos da elaboração do orçamento – elaborado em 2007;
- Manual de procedimentos da consolidação da conta – elaborado em 2007;
- Manual de Acréscimos e Diferimentos – elaborado em 2008;
- Regulamento de Fundo de Maneio aprovado em 2011.
- Manual de controlo interno aprovado em 24.11.2014.

Em paralelo criaram-se diversos procedimentos internos, de forma a aumentar a eficiência no tratamento contabilístico das diversas operações financeiras, que são comunicados na sua maioria via correio eletrónico, ou publicados na página eletrónica dos Serviços, via intranet.

Descrição Sumária da Organização do arquivo dos documentos de suporte

- Despesas – Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização de despesa, a nota de encomenda, o documento comprovativo da despesa (fatura ou documento equivalente). Estes processos estão arquivados por classificação económica e ordem de registo. Os pedidos de autorização de pagamento e respetivas aprovações são arquivados sequencialmente por ordem de registo. Os recibos são arquivados por ordem alfabética da designação do fornecedor.
- Receitas – Arquivados por processo de receita do qual faz parte a emissão da fatura, o registo do proveito, o comprovativo do recebimento, a liquidação e a cobrança da receita.
- Outras operações – Existe um arquivo de lançamento de operações diversas, ou seja todas as operações que não têm diretamente um documento de despesa ou de receita, nomeadamente abates, pedido de libertação de créditos, transferências entre contas bancárias, guias de descontos, etc. Estes processos encontram-se arquivados por número de registo. Existe igualmente um arquivo próprio para as operações de final do ano económico.

A Universidade do Algarve não possui demonstrações financeiras intercalares, no entanto, para conferência periódica são emitidos balancetes analíticos e sintéticos, tanto da contabilidade orçamental, como da contabilidade patrimonial.

Nos termos da legislação em vigor para o ano económico em análise (2020), foram publicados a Lei do Orçamento (Lei n.º 2/2020 de 31 de março), mantendo-se o Decreto de Execução Orçamental de 2019

(Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho de 2019) e Circulares da Direcção-Geral do Orçamento (DGO). A UAlg presta mensal e trimestralmente contas, na ótica orçamental e patrimonial, aos órgãos de tutela – Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior e Ministério das Finanças.

Sistema de informação:

A aplicação informática na área da Contabilidade é a aplicação Primavera. Esta aplicação contempla também as áreas de Recursos Humanos e Projetos de Investigação.

A atividade dos Serviços Académicos é suportada pela aplicação informática SIGES UAlg - Sistema de Gestão Académica para a Universidade do Algarve, que se encontra integrado com o software Primavera.

6.1.7 Enquadramento fiscal

A Universidade é uma entidade que goza de isenção parcial do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas IRC, uma vez que se encontra sujeita a este imposto apenas por via da retenção na fonte relativamente aos seus rendimentos de aplicação de capitais. A Universidade não está obrigada a entregar a declaração anual de rendimentos.

A partir de 01/01/2008, a Universidade do Algarve utilizou o regime do IVA pró rata, exceto no que concerne às aquisições de bens e serviços para a Investigação não comercial (investigação pura), do qual o IVA é deduzido pelo regime de afetação real. De referir que, até ao ano de 2008, a Universidade do Algarve somente liquidava o IVA.

6.1.8 - Outra informação considerada relevante

a) Revisão dos registos contabilísticos

São objeto de conferências através do cruzamento da informação registada no sistema informático de apoio à contabilidade, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental com os outputs extraídos da contabilidade patrimonial.

b) Reconciliações bancárias

As reconciliações bancárias são efetuadas mensalmente. Sempre que se verificam diferenças, as mesmas são averiguadas e prontamente regularizadas.

No final do ano económico é feita uma reconciliação global entre os valores registados nas contas bancárias e o valor de saldo apurado para integração no ano seguinte, na ótica da contabilidade pública.

7. Acontecimentos após a data de relato

À data em que as contas são prestadas subsiste uma pandemia provocada pelo vírus Covid 19 que foi declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020. O ano de 2021, iniciou num contexto do 2.º Estado de emergência decretado em 06 de novembro de 2020.

Em 29.01.2021 o Decreto n.º 3-D/2021 da Presidência do Conselho de Ministros determina, face ao agravamento da situação pandémica, medidas restritivas que permitam a inversão do crescimento da epidemia, nomeadamente a suspensão de todas as atividades letivas em regime presencial. Nesta circunstância foi acionado o plano de contingência, sendo as atividades asseguradas com recurso ao teletrabalho e ensino à distância.

Pelo Decreto n.º7/2021 publicado em 17 de abril de 2021 foi levantada a suspensão das atividades letivas presenciais.

Apesar das circunstâncias adversas, não houve interrupção da atividade, tendo as contas sido elaboradas numa base de continuidade.

Em 11 de janeiro de 2021 foi publicado o Decreto-lei n.º 5/2021 que determina a afetação do Campus da Saúde, onde funcionou a Escola Superior de Saúde da UAlg, para o desempenho das atribuições e competências da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária.

Este diploma determina ainda a integração no património da Universidade do Algarve do Prédio onde funciona a sede da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária, sito na Rua do Município, números 5, 7, 9, 11, 17, 19, 21, 23 e 25 e na Rua Rasquinho número 12, em Faro.

8– Notas sobre a contabilidade analítica

Encontra-se em curso na Universidade, o processo para implementação da contabilidade analítica. Desde

janeiro de 2019, a Universidade do Algarve na implementação do SNC-AP, adotou a aplicação informática Primavera.

A Universidade do Algarve tem definido um modelo analítico. Atualmente, este processo está em fase de ajustamento face à perspetiva de enquadramento no SNC-AP.

No entanto e apesar de não existir uma contabilidade analítica nos moldes previstos nos normativos contabilísticos, a Universidade do Algarve dispõe de uma contabilidade baseada em centros financeiros, onde se afetam os recebimentos e os pagamentos das diversas atividades que são desenvolvidas ao longo do ano económico, inseridas nas respetivas unidades orgânicas, projetos de investigação, centros de investigação e serviços centrais de apoio.

Não estando ainda implementado um sistema de controlo rigoroso, dos custos estimados e incorridos, dos proveitos reconhecidos e dos resultados de projeto a projeto.

Anexo I – Balanço Social

Universidade do Algarve

Balanço Social

2020

SERVIÇOS DE RECURSOS HUMANOS
Campus da Penha, 8005-139 FARO (dsrhumanos@ualg.pt)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
I – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UALG	3
II - DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.	4
1 - OS EFETIVOS NA UALG E SUA DISTRIBUIÇÃO.	4
2 - CARATERIZAÇÃO DOS EFETIVOS.	8
2.1. – Por Corpo e Subsistema de Ensino	8
2.1.1. Pessoal Não Docente	8
2.1.2. Pessoal Docente.	8
2.2. – Distribuição por Escalão Etário	9
2.3. – Distribuição por Género	9
2.4. – Nível das Habilitações Académicas	11
2.4.1. Pessoal Não Docente e Investigador	11
2.4.2. Pessoal Docente	11
2.5. – Estrutura da Antiguidade na Função Pública	12
2.6. – Nacionalidade Estrangeira	13
3 – MOBILIDADE DOS EFETIVOS	13
3.1. – Entradas	14
3.2. – Saídas	14
3.3. – Postos de trabalho previstos e não ocupados	14
3.4. – Mudanças de situação	15
4 – TEMPO DE TRABALHO	15
4.1. – Modalidades de Horário	15
4.2. – Assiduidade	15
4.3. – Trabalho Suplementar e Noturno	18
5 – FORMAÇÃO	18
6 – ENCARGOS COM PESSOAL	19
6.1. – Evolução dos Encargos com Pessoal	19
6.2. – Evolução dos Encargos com as Prestações Sociais	21
6.3. – Encargos com as Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social	21
7 – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	22
III – CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
ANEXOS – Quadros do Balanço Social	24

INTRODUÇÃO

O Balanço Social é um instrumento de gestão e de planeamento de recursos humanos, incluído no ciclo anual de gestão, cuja elaboração passou a ser obrigatória para a generalidade dos serviços, com a publicação do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro.

Nesta linha, o Estatuto do Pessoal Dirigente veio incorporar nas competências dos dirigentes de nível superior a obrigatoriedade de apresentar o balanço social, juntamente com o relatório de atividades.

O Balanço Social de 2020¹ da Universidade do Algarve (UAlg) foi elaborado de acordo com o diploma acima mencionado, disponibilizando um conjunto de indicadores sobre os seus recursos humanos e respetivos recursos financeiros.

Toda a informação constante do balanço social tem como fonte os dados registados no sistema de gestão Primavera.

Os dados que serviram de base à construção dos indicadores referem-se ao pessoal em exercício de funções na Universidade do Algarve em 31 de dezembro de 2020, incluindo o pessoal em situação de licença sem remuneração por período inferior a um ano, licença de interesse público e licença parental, bem como aqueles que se encontram a exercer funções em organismo internacional ou em cedência de interesse público noutros organismos privados ou públicos, nacionais ou estrangeiros.

O Balanço Social não inclui nos efetivos:

- a) O pessoal em mobilidade noutra instituição ou em exercício de cargo público, pois constarão do balanço social da respetiva entidade;
- b) O pessoal docente que detém um contrato a termo resolutivo certo sem remuneração;
- c) O pessoal com contrato ao abrigo da Medida Contrato Emprego Inserção (CEI), contratos de bolsa de investigação e as avenças.

É apresentada uma breve caracterização da UAlg, incluindo a sua estrutura organizacional, no sentido de contextualizar os recursos humanos e os indicadores do próprio balanço social, aos quais foram acrescentados outros dados para completar a informação e facilitar a análise.

Na apresentação dos dados, sempre que se justifique, é efetuada uma comparação com o ano anterior, e em relação ao pessoal docente é efetuada a distinção entre os dois subsistemas de ensino, universitário e politécnico.

¹ Os mapas utilizados no Balanço Social foram atualizados pela Direção Geral da Administração Pública (DGAEP).

I – A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UALG

Na qualidade de Instituto Público, a Universidade do Algarve é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, com sede em Faro, dispondo de dois *Campi*, Penha e Gambelas e de um Pólo em Portimão.

A UAlg distingue-se da maioria das instituições de ensino superior público por integrar os dois subsistemas de ensino superior: Universitário e Politécnico.

A sua estrutura organizacional é constituída por unidades orgânicas de ensino e investigação, unidades de investigação e de desenvolvimento, serviços e unidades funcionais.

Unidades orgânicas que integram o subsistema universitário:

- ✓ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS);
- ✓ Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT);
- ✓ Faculdade de Economia (FE)
- ✓ Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas (FMCB).

A Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas foi criada a 20 de setembro de 2020, por despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sucedendo ao Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina, integrado anteriormente na Reitoria.

Unidades orgânicas que integram o subsistema politécnico:

- ✓ Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC);
- ✓ Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT);
- ✓ Escola Superior de Saúde (ESS);
- ✓ Instituto Superior de Engenharia (ISE).

Existem duas unidades funcionais:

- ✓ Biblioteca;
- ✓ Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada.

A Universidade dispõe ainda de um conjunto de outras estruturas que garantem o normal funcionamento da instituição, tanto a nível técnico como administrativo:

- ✓ Serviços de Apoio à Reitoria;
- ✓ Serviços de Apoio Geral;
- ✓ Serviços Centrais que compreendem:
 - Serviços Académicos;
 - Serviços Financeiros e Patrimoniais;
 - Serviços de Informática;
 - Serviços de Recursos Humanos;
 - Serviços Técnicos.

A Universidade também integra Centros de I&D (Investigação e Desenvolvimento).

Os mapas de pessoal da Universidade contemplam o pessoal:

- Não Docente (não foi incluído o pessoal em regime de avença);
- Docente do Ensino Superior Politécnico;
- Docente do Ensino Superior Universitário;
- Investigação.

II – DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1 – OS EFETIVOS NA UALG E SUA DISTRIBUIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020, a UAlg contava com um total de 1.270 trabalhadores².

Em termos globais a distribuição do número de efetivos pelos corpos existentes na Universidade do Algarve é a indicada no Quadro 1.

Entende-se por corpo o conjunto das carreiras existentes tanto do pessoal docente, como não docente e ainda dos investigadores.

O corpo docente integra as carreiras dos dois subsistemas de ensino, o universitário e o politécnico, o corpo não docente engloba o pessoal dirigente e as carreiras de técnico superior, assistente técnico, assistente operacional e informática. O corpo de investigadores integra os investigadores de carreira e os equiparados.

O Reitor e os Vice-Reitores foram considerados no corpo não docente, nos cargos de dirigentes.

Quadro 1
Distribuição de Efetivos por Corpo

Corpo	2020	Distribuição
Docente	819	64,5%
Universitário	469	57,3%
Politécnico	350	42,7%
Não Docente³	367	28,9%
Investigação	84	6,6%
Total	1.270	100,0%

O peso do pessoal docente na UAlg é de 64,5%, sendo que o mesmo é repartido entre o subsistema universitário, com 57,3%, e o ensino politécnico, com 42,7%.

O pessoal não docente representa 28,9% do universo total.

² Não foram considerados os bolsеiros, os CEIs e os contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo sem remuneração. Os avençados foram considerados nos mapas do balanço social, na parte correspondente, mas não estão incluídos nos quadros deste relatório.

³ No Pessoal Não Docente foram incluídos 1 Reitor e 3 Vice-Reitores (por se tratar de Pessoal Dirigente Superior de 1º e 2º Grau, respetivamente, nos termos dos códigos do SIOE).

Relativamente a 2019, verificou-se um acréscimo de 28 efetivos no número total de efetivos, o que corresponde a um aumento percentual de 2,25%, determinado pelo acréscimo do número de docentes adstritos ao ensino universitário, aos não docentes e aos investigadores.

Apenas o pessoal docente do ensino politécnico registou um decréscimo, consubstanciado em 6 efetivos.

Quadro 2
Variação de Efetivos entre 2019 e 2020

Pessoal \ Ano	2019	2020	Variação (nº) 2019/20	Tx Crescimento (%) 2019/20
Não Docente	357	367	+10	+2,80%
Docente Ensino Universitário	449	469	+20	+4,45%
Docente Ensino Politécnico	356	350	-6	-1,69%
Investigadores	80	84	+4	+5,00%
Totais	1.242	1.270	+28	2,25%

Não obstante, no que se refere ao corpo docente, é importante analisar a sua evolução expressa em ETI (equivalente em tempo integral), sabendo que o número de docentes em tempo parcial é ponderado de acordo com a percentagem fixada no respetivo contrato. Neste contexto, regista-se um decréscimo real de efetivos no corpo docente da UAlg, conforme se pode visualizar no Quadro 3.

Quadro 3
Variação de Docentes ETI entre 2019 e 2020

Pessoal \ Ano	2019	2020	Variação (nº) 2019/20	Tx Crescimento (%) 2019/20
Docente Ensino Universitário	310,43	310,15	-0,28	-0,09%
Docente Ensino Politécnico	283,15	276,325	-6,825	2,41%
Totais	593,58	586,475	-7,105	-1,196%

A distribuição dos efetivos por Unidade Orgânica é a seguinte:

Quadro 4
Distribuição de Efetivos por Unidade Orgânica

Unidade	Docente	Não Docente	Investigação
Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC)	65	12	
Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo (ESGHT)	99	20	
Escola Superior de Saúde (ESS)	101	12	
Instituto Superior de Engenharia (ISE)	84	21	
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)	154	46	1
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS)	76	11	
Faculdade de Economia (FE)	66	14	
Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas (FMCB)	173	11	2
Reitoria e Serviços	1	170	1
Biblioteca		26	
Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada (UAIC)		19	
Centros I&D		5	80
Total	819	367	84

A Reitoria e Serviços concentram 46,3% do pessoal não docente (170 trabalhadores⁴). Esta prevalência tem-se mantido ao longo dos anos, devido ao facto de se concentrarem nos Serviços muitas das funções essenciais ao funcionamento da Universidade, mas também como consequência da orgânica definida nos Estatutos da UAlg. O Reitor e os Vices Reitores estão afetos à Reitoria no pessoal não docente representando aproximadamente 1,1% do total.

Em 2020 as unidades orgânicas (Escolas e Faculdades) totalizam 136 trabalhadores não docentes, o que corresponde a 37,06% do universo não docente.

O pessoal não docente das unidades funcionais tem um peso de 12,26%, sendo que a UAIC representa 42,22% deste pessoal e a Biblioteca 57,78%.

Nos Centros de I&D estão afetos 5 trabalhadores não docentes, correspondendo a aproximadamente 1,36% do total de pessoal não docente. Em 2020, as tarefas de gestão administrativa e financeira dos centros passaram a ser asseguradas por pessoal com contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, ao invés de contratos de bolsa.

Em relação à modalidade de relação jurídica de emprego público, como se pode constatar no Quadro 5, cerca de 61,65% do pessoal detém um contrato por tempo indeterminado⁵.

⁴ Excluiu-se o Reitor e 3 Vices Reitores.

⁵ Incluíram-se os docentes em Mandato, por se tratarem de docentes com contrato por tempo indeterminado.

Quadro 5
Efetivos distribuídos por relação jurídica de emprego e unidade

Unidade	Corpo	Cargo Político / Mandato	CTFP-Termo Indeterminado	CTFP-Termo Resolutivo Certo	CTFP-Termo Resolutivo Incerto	Comissão de Serviço	Total
ESEC	PD	2	34	29			65
	PND		12				12
ESGHT	PD	2	60	37			99
	PND		20				20
ESS	PD	2	26	73			101
	PND		12				12
ISE	PD	2	78	4			84
	PND		21				21
FCT	PD	2	143	9			154
	INV			1			1
	PND		45			1	46
FCHS	PD	2	54	20			76
	PND		11				11
FE	PD	2	31	33			66
	PND		13		1		14
FMCB	PD		15	158			173
	INV			2			2
	PND		10		1		11
Biblioteca	PD						0
	PND		25			1	26
UAIC	PD						0
	PND		16			3	19
Reitoria e Serviços	PD			1			1
	INV		1				1
	PND	4	149			17	170
Centros I&D	INV		3	77			80
	PND		4	1			5
Sub Total - PD		14	441	364	0	0	819
Sub Total - INV		0	4	80	0	0	84
Sub Total - PND		4	338	1	2	22	367
Total		18	783	445	2	22	1270

PD - Pessoal Docente; INV – Investigadores; PND - Pessoal Não Docente;

É de sublinhar que dos 455 contratos por tempo indeterminado do pessoal docente (incluindo em mandato), 54,83% encontram-se no subsistema universitário (244), verificando-se tendência idêntica no que se refere aos contratos a termo certo, a que corresponde 60,71% (221), dos 364 contratos.

Em relação ao pessoal não docente, 92,1% dos trabalhadores têm um contrato de trabalho por tempo indeterminado.

2 – CARACTERIZAÇÃO DOS EFETIVOS

2.1. – Por Corpo e Subsistema de Ensino

2.1.1. Pessoal Não Docente

Quadro 6
Pessoal Não Docente por Carreira - Taxa Crescimento em 2020

Cargos e Carreiras	2019	2020	Variação (n.º)	Taxa Crescimento (%)
Dirigente Superior	5	5	0	0,0%
Dirigente Intermédio	22	21	-1	-4,55%
Técnico Superior	125	147	+22	+17,6%
Assistente Técnico	112	107	-5	-4,46%
Assistente Operacional	58	52	-6	-10,34%
Informática	35	35	0	0,0%
Totais	357	367	+10	+2,80%

Analisando o quadro acima podemos constatar que houve um aumento aproximado de 2,80% no número de efetivos não docentes, com particular incidência no acréscimo de trabalhadores na carreira de técnico superior. Este aumento contrasta com o decréscimo verificado nas carreiras de assistente operacional, dirigente intermédio e assistente técnico.

O aumento de efetivos na carreira de técnico superior deve-se maioritariamente à regularização de trabalhadores nessa carreira no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP).

O decréscimo no número de efetivos nas carreiras de assistente técnico e assistente operacional fundamenta-se na mobilidade interna na categoria para outros organismos e em saídas por aposentação

2.1.2. Pessoal Docente

Relativamente ao pessoal docente observa-se que 55,56% do pessoal docente está integrado na carreira, sendo essa predominância comum aos dois subsistemas, respetivamente 53,09% do pessoal docente do ensino universitário e 58,86% do pessoal docente do ensino politécnico.

Quadro 7
Pessoal Docente por Subsistema de Ensino 2020

Subsistemas	Carreira	Convidados	Total
Ensino Universitário	249	220	469
Ensino Politécnico	206	144	350
Total	455	364	819

2.2. – Distribuição por Escalão Etário

Quadro 8
Distribuição por Escalão Etário e Corpo

Escalão Etário	Pessoal Docente		Pessoal Não Docente	Pessoal Investigação	Total
	Universitário	Politécnico			
20 - 24	2	1			3
25 - 29	1	2	4	2	9
30 - 34	38	26	7	14	85
35 - 39	52	28	13	13	106
40 - 44	47	42	53	38	180
45 - 49	59	72	71	9	211
50 - 54	91	76	75	6	248
55 - 59	98	49	70	2	219
60 - 64	57	41	62		160
65 - 69	24	13	12		49
Total	469	350	367	84	1270

Analisada a idade dos trabalhadores da Universidade verifica-se que:

- A média simples de idades manteve-se idêntica à média do ano anterior, nos 50,15 anos, devido, principalmente ao ingresso de Docentes e Investigadores de faixas etárias mais jovens (entre os 25 e os 39 anos), atenuando assim o aumento anual deste parâmetro.
- É no escalão etário dos [50-54 anos] que se encontra o maior número de efetivos (248), logo seguido pelo escalão [55-59 anos] com 219 trabalhadores e pelo escalão [45-49 anos] com 211, respetivamente. Constata-se, assim, que aproximadamente 53,39% dos trabalhadores da UAlg posicionam-se nas faixas etárias entre os 45 e os 59 anos.
- Cerca de 49 trabalhadores têm entre 65 e 69 anos, o que constitui um dado importante atendendo à possibilidade de novas saídas em 2021 por aposentação.

Considerou-se importante calcular a taxa de emprego de jovens na UAlg, por se tratar de um fator que assume especial relevo no contexto laboral atual. Assim, em 2020, considerando as faixas etárias até aos 29 anos, o valor da taxa de emprego de jovens⁶ na UAlg é de aproximadamente 0,95%, verificando-se uma diminuição de 0,25 pontos percentuais relativamente ao ano anterior (era de 1,2%), incidindo este decréscimo no pessoal docente, tanto no Ensino Universitário como no Politécnico.

2.3 – Distribuição por Género

O total do pessoal (docente, não docente e investigador) por género distribui-se do seguinte modo:

⁶ Taxa de Emprego de Jovens = (Efetivos até aos 29 anos/efetivo global)

Quadro 9
Evolução dos Efetivos por Género

Género	2019	2020
Feminino	712	742
Masculino	530	528
Total	1242	1270

Mantém-se a tendência dos anos anteriores, de predominância numérica de efetivos do género feminino, verificando-se, contudo, uma alteração na evolução destas taxas, mas sem peso de relevo: a taxa de feminilidade alterou de 57,32% em 2019 para 58,43% em 2020 e a taxa de masculinidade alterou de 42,67% em 2019 para 41,57% em 2020.

Quadro 10
Distribuição do Pessoal Não Docente e Investigação por Grupo Profissional e Género

Grupo	Feminino	Masculino
Dirigente Superior	2	3
Dirigente Intermédio	14	7
Técnico Superior	116	31
Informática	13	22
Assistente Técnico	91	16
Assistente Operacional	29	23
Investigação	55	29
Total	320	131

Quadro 11
Distribuição do Pessoal Docente por Subsistema e Género

Grupo	Feminino	Masculino
Ensino Universitário	238	231
Ensino Politécnico	184	166
Total	422	397

Face aos quadros apresentados, conclui-se que é o pessoal docente o que mais contribui para o peso do género feminino na Universidade.

2.4. – Nível das Habilitações Académicas

2.4.1 - Pessoal Não Docente e Investigador

1. Nos valores da estrutura habilitacional do pessoal não docente é de realçar o peso da licenciatura (31,26%) e do 12.º ano (23,73%) que, no seu conjunto, representam 54,99% do nível habilitacional destes trabalhadores. O pessoal não docente e investigador com o grau de doutor, representa 20,62% do total de efetivos

Quadro 12

Distribuição do Pessoal Não Docente e Investigador por Nível de Escolaridade

Nível de Escolaridade	Não Docente	Investigador	Nível escolaridade/ total efetivos (%)
Menos de 4 anos	1		0,22%
4.º Ano	9		2,00%
6.º Ano	11		2,43%
9.º Ano	46		10,20%
12.º Ano	107		23,73%
Bacharelato	5		1,11%
Licenciatura	141		31,26%
Mestrado	35	3	8,43%
Doutoramento*	12	81	20,62%
Total	367	84	100,00%

**Estão incluídos 2 dirigentes do ensino Universitário e 2 do ensino Politécnico (um Reitor e três Vice-Reitores).*

O índice de formação superior⁷ do pessoal não docente e investigador em 2020 é de 61,42%, tendo registado um acréscimo relativamente ao ano de 2019 (57,67%). Este acréscimo resulta da contratação de investigadores doutorados.

2.4.2 - Pessoal Docente

O doutoramento é a habilitação com maior peso na estrutura habilitacional do pessoal docente, como se pode verificar no Quadro 13, facto que se deve, maioritariamente, ao subsistema universitário.

⁷ Índice de formação superior = [(n.º bacharelato + licenciatura + mestrado + doutoramento) / total efetivos] x 100

Quadro 13
Pessoal Docente por Habilitação Académica e Subsistema

Nível habilitacional	Universitário	%	Politécnico	%	Total	%
12º Ano*		0,00%	1	0,29%	1	0,12%
Bacharelato		0,00%		0,00%	0	0,00%
Licenciatura	82	17,48%	67	19,14%	149	18,19%
Mestrado	85	18,13%	102	29,14%	187	22,83%
Doutoramento**	302	64,39%	180	51,43%	482	58,86%
Total	469	100,00%	350	100,00%	819	100,00%

* Monitor

** O Reitor e os Vice-Reitores foram incluídos no pessoal não docente enquanto dirigentes, pelo que não constam deste quadro.

2.5. – Estrutura da Antiguidade na Função Pública

A média simples da antiguidade em funções públicas é de 18,07 anos, tendo-se verificado uma ligeira descida relativamente ao ano anterior (em 2019 a média de antiguidade rondava os 18,09 anos), a qual poder ser explicada pelo aumento das saídas por aposentação, nomeadamente por limite de idade e pelo facto de as entradas terem sido superiores às saídas.

Verifica-se que o intervalo que reúne o maior número de trabalhadores é o de até 5 anos, suportado essencialmente pelo corpo docente e pelos investigadores.

A leitura do cálculo da antiguidade do pessoal docente tem de ser efetuada com algum cuidado, dado que para além de ter sido contabilizado todo o tipo de pessoal, designadamente aquele que acumula funções na Universidade com outras funções públicas, existem situações que não nos oferecem garantias neste indicador, nomeadamente no que se refere a períodos de interrupções (por exemplo, períodos de licença sem vencimento ou interrupções entre contratos, no caso do pessoal docente convidado).

Quadro 14
Distribuição dos efetivos por antiguidade e grupo

Grupo	Até 5	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	> 40	Total Geral
Dirigente Superior						2	3			5
Dirigente Intermédio			3	11	3	3		1		21
Técnico Superior	21	10	12	33	21	21	15	5	9	147
Informática	3		2	8	5	6	7	3	1	35
Assistente Técnico	2		1	27	18	27	16	14	2	107
Assistente Operacional	4			6	18	13	8	2	1	52
Docente Universitário	146	51	34	30	72	58	37	26	15	469
Docente Politécnico	89	28	20	23	59	64	34	18	15	350
Investigador	77	5	2							84
Total	342	94	74	138	196	194	120	69	43	1270

2.6. – Nacionalidade Estrangeira

Como se pode ver pelo quadro abaixo, existem 68 trabalhadores de nacionalidade estrangeira a exercer funções na Universidade, na sua grande maioria pessoal Docente Universitário e Investigador.

Estes trabalhadores representam 5,35% dos efetivos totais, mais 1% do que no ano anterior, devido à entrada de novos docentes e investigadores.

Quadro 15
Distribuição dos efetivos por nacionalidade estrangeira

Proveniência do trabalhador	Docente Universitário	Docente Politécnico	Investigação	Não Docente	TOTAL
União Europeia	27	6	15		48
CPLP ⁸	5	1			6
Outros países	5	2	6	1	14
Total	37	9	21	1	68

Os trabalhadores estrangeiros têm um peso de 5,62% no universo do pessoal docente, de 25% no pessoal de investigação e de 0,27% no pessoal não docente.

3 – MOBILIDADE DOS EFETIVOS

Neste ponto pretende-se analisar a mobilidade durante o ano de 2020.

⁸ CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Por mobilidade, neste contexto, entende-se a movimentação de pessoal: entradas, saídas, e mudanças de situação.

3.1. – Entradas

Nas “entradas de pessoal” consideraram-se os efetivos admitidos/regressados entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020, num total de 173 trabalhadores.

Deste universo, 127 pertencem ao pessoal docente, 34 ao pessoal não docente e 12 ao pessoal de investigação.

No que se refere ao pessoal docente, 95,3% das admissões foi feita por convite e no corpo de pessoal não docente cerca de 80%, por procedimento concursal aberto no âmbito do PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (maioritariamente pessoal detentor de um contrato de bolsa e uma pequena percentagem de contratos de prestação de serviços e emprego-inserção, sendo que os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo constam do Quadro 11).

Relativamente ao pessoal de investigação, ingressaram 10 investigadores doutorados por procedimento concursal ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2016 de 24 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, e 2 ao abrigo de projetos financiados (Programa Horizonte 2020 – Ação Marie Curie).

3.2. – Saídas

Em 2020 verificou-se a saída de 136 trabalhadores, nos quais estão incluídos 3 dirigentes que regressaram à situação jurídico funcional de origem na Universidade do Algarve, sendo que 64% saiu por motivo de caducidade e 19,9% por aposentação.

O pessoal docente do ensino politécnico é o grupo que apresenta um maior número de saídas, 75 ao todo, representando 55% do total das saídas, seguido do pessoal docente universitário com 21,3% (29 trabalhadores).

3.3. – Postos de trabalho previstos e não ocupados

Dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal para 2020, não foram ocupados 19 lugares, 12 pelo facto dos respetivos concursos se encontrarem em desenvolvimento em 31 de dezembro de 2020 e 7 cuja decisão de abertura transitou para o ano seguinte.

3.4. - Mudanças de Situação

Durante o ano de 2020 mudaram de situação 25 trabalhadores:

- 17 trabalhadores (10 docentes do ensino universitário e 7 do politécnico) na sequência da abertura de concursos documentais, 16 dos quais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, que estabeleceu as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019;
- 8 trabalhadores (2 docentes, 3 investigadores e 3 não docentes), mediante procedimento concursal aberto no âmbito do PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública;

4 – TEMPO DE TRABALHO

4.1. – Modalidades de Horário

O pessoal docente e investigador tem um horário com características especiais, que designamos por horário específico, dada a natureza das funções que exercem.

Em relação ao pessoal não docente a sua maioria tem um horário rígido (das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h).

Os assistentes operacionais, que exercem funções de guarda-noturno praticam um horário por turnos.

4.2 – Assiduidade

A doença é o motivo que gera mais dias de ausência, seguido pela ausência por parentalidade, tendência que já vem de anos anteriores. Não obstante, verificou-se um ligeiro decréscimo de 1,71% nos dias de faltas por doença de 2019 para 2020 (passou de um total de 11.863,83 para 11.660,81 dias).

Já na parentalidade a tendência foi contrária pois houve um aumento significativo, sendo que os dias não trabalhados subiram em cerca de 35,89% de 2019 para 2020 (um total de 3.034 para 4.123 dias), sendo o pessoal docente politécnico e não docente, os grupos que mais contribuíram para este acréscimo.

De referir ainda que as ausências motivadas por casamento e falecimento de familiares sofreram um aumento no seu conjunto em cerca de 11,04% em 2020 relativamente a 2019 (subindo de 154 para 171 dias).

Já os acidentes em serviço sofreram uma diminuição nos dias não trabalhados (de 110 para 47 dias), assim como as faltas por conta do período de férias, que baixaram de 115,5 para 85,5 dias.

Tendência semelhante no que se refere às ausências por motivo de greve e faltas injustificadas. Estas últimas, não tiveram qualquer ocorrência no ano de 2020, deixando de existir a rubrica no presente quadro. Em contrapartida, foi acrescentada a rubrica de ausência por suspensão disciplinar, inexistente no ano de 2019.

Já no que concerne às faltas referentes a assistência a familiares, verificou-se um aumento de cerca de 23,55% (de 316 para 390,43) de 2019 para 2020.

A ausência por outros motivos respeita a faltas dadas para atividade sindical, cumprimento de obrigações legais, deslocação a estabelecimento de ensino de filho menor e prestação de provas de concurso. Esta rubrica teve um aumento significativo de 2019 para 2020 impulsionado pelas faltas dadas pela atividade sindical.

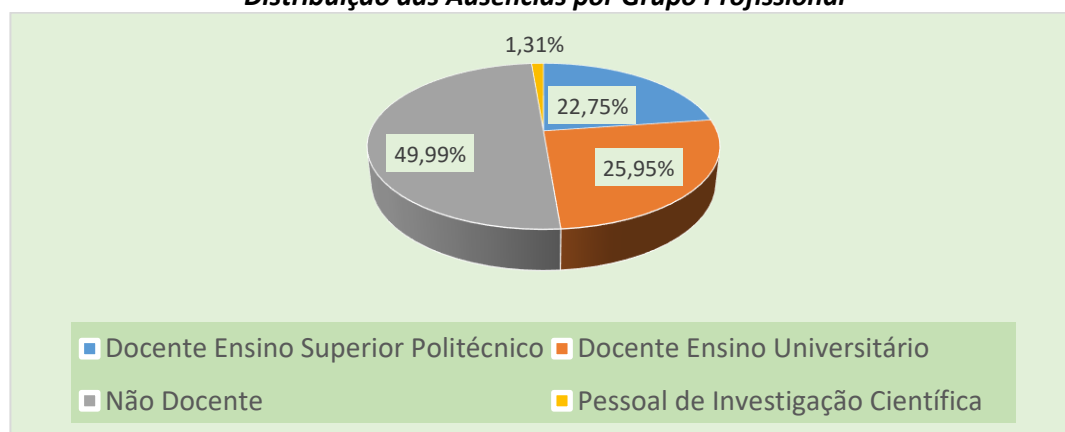
De referir que 90,6% das ausências por este motivo refere-se a faltas dadas no âmbito de atividade sindical, 4,6% para cumprimento de obrigações legais, 2,8% para deslocações à escola de filho e 2,1% para a prestação de provas para concurso.

Quadro 16
Motivos de ausência por corpo

Motivos de Ausência	Não Docente	Investigadores	Docente Univ.	Docente Polit.	Total Dias
Casamento				47	47
Parentalidade	1.024	184	1.593	1.322,00	4.123
Falecimento de Familiar	71	5	17	31	124
Doença ⁹	6.613,81	14	2.734	2.299	11.660,81
Acidente de Serviço	47				47
Assistência a Familiares	351,43	15	12	12	390,43
Por conta do Período de Férias	71,50	2	12		85,50
Greve	49		2	1	52
Trabalhador Estudante	14				14
Suspensão Disciplinar				120	120
Outros	177,76				177,76
Totais	8.419,50	220,00	4.370,00	3.832,00	16.841,50

Como se pode verificar no gráfico abaixo, é na carreira não docente que existe maior incidência de ausências ao trabalho (8.419,50), seguida da carreira docente do ensino Universitário (4.370,00) e da carreira docente do ensino Politécnico (3.832,00).

Gráfico 1
Distribuição das Ausências por Grupo Profissional



Importa ainda referir que em relação ao ano anterior:

- O número total de dias de ausência ao trabalho aumentou 6,96% (de 15.745,49 para 16.841,50 dias), sendo de salientar que foi o corpo do pessoal não docente e docente universitário os que mais contribuíram para este acréscimo.

⁹ Nesta rubrica estão incluídos os dias de ausência por doença, internamento do próprio, cirurgia, isolamento profilático e tratamento ambulatorio do próprio.

- No pessoal não docente verificou-se um acréscimo nos dias não trabalhados em cerca de 14,02%, sendo que as ausências que mais contribuíram para esse aumento foi a doença e a parentalidade.
- Relativamente ao pessoal de investigação, houve um decréscimo de 41,02% no registo de ausências em relação ao ano anterior, de 373,00 em 2019, para 220,00 em 2020;
- No que concerne ao pessoal docente universitário, registou-se um acréscimo dos dias não trabalhados relativamente a 2019, em cerca de 19,56%, tendo sido as faltas por doença, aquelas que mais contribuíram para este acréscimo;
- No que concerne ao pessoal docente politécnico verificou-se um decréscimo de 11,57% relativamente a 2019. Contribuiu para este efeito a diminuição das faltas por doença.

Acrescenta-se ainda que, à semelhança dos anos anteriores, não foram contabilizados os dias de licença sem remuneração, em qualquer uma das suas modalidades, bem como os dias de tolerância de ponto.

4.3 – Trabalho Suplementar e Noturno

O trabalho suplementar e o trabalho noturno pago em 2020 atingiram as 981,00 horas, menos 2.106,10 horas do que em 2019.

Tanto o trabalho suplementar, como o trabalho noturno, foram realizados apenas por assistentes operacionais (corpo não docente).

De referir ainda o facto de 99% do trabalho suplementar e do trabalho normal noturno ser efetuado por trabalhadores do sexo masculino.

Quadro 17
Trabalho Suplementar e Noturno por Carreira e Género (Horas de Trabalho)

Tipo de Trabalho	Sexo	Assistente Operacional	TOTAL
Suplementar	M	827,00	827,00
	F	7,00	7,00
	T		
Normal Noturno	M	147,00	147,00
	F		
	T		
Total de Horas	M	974,00	974,00
	F	7,00	7,00
	T	981,00	981,00

5 – FORMAÇÃO

A participação em ações de formação em 2020 abrangeu um total de 408 trabalhadores, 32% do universo de trabalhadores da UAlg.

Desses participantes, 60,5% pertencem ao grupo de pessoal docente, 36,5% ao de pessoal não docente, dos quais 13% dirigentes, e os restantes 3% de pessoal investigador, num total de 896 participações e 4.855 horas de formação.

A maior parte das participações, 535 (60%), verificou-se ao nível da formação interna num total de 1.427:30 horas de formação, com um custo de 1.500,00€.

A formação externa contou com 361 participações, 3.427:30 horas de formação e um custo de 5.154,00€.

6 – ENCARGOS COM PESSOAL

6 – ENCARGOS COM PESSOAL

6.1. – Evolução dos Encargos com Pessoal

Quadro 18
Evolução dos Encargos com Pessoal

Encargos com Pessoal	2019	2020	Taxa de Crescimento
<u>Remuneração Base [1]</u>	34.397.016,44€	34.953.287,76€	1,62%
Prémios de Desempenho	0,00 €	0,00€	n.a.
<u>Suplementos [2]</u>	199.411,76€	211.628,42€	6,13%
Trabalho Suplementar	11.882,90€	5.518,13€	-53,56%
Trabalho Normal Noturno	527,10€	232,84€	-55,83%
Trabalho por Turnos	10.210,40€	10.682,03€	4,62%
Abono para Falhas	1.035,48€	1.035,48€	0,00%
<u>Ajudas de Custo [3]</u>	166.252,57€	58.022,43€	-65,10%
Despesas de Representação	54.362,74€	57.706,33€	6,15%
Secretariado	1.399,56€	1.399,56€	0,00%
<u>Outros Encargos com Pessoal [4]</u>	242.392,70€	342.678,93€	41,37%
TOTAL	35.084.491,65 €	35.642.191,91€	1,59%

É de destacar:

- 1) Um acréscimo nos encargos com a remuneração base¹⁰[1], que resulta essencialmente:
 - a) Das atualizações em 2020, do valor da remuneração base praticada na Administração Pública, do valor do montante pecuniário do nível 5 da tabela remuneratória única (TRU), da atualização de 10 Euros nas remunerações entre 635,07 e 683,13 euros, da atualização da remuneração base mensal dos trabalhadores que auferiam entre 683,14 e 691,06 euros, para 693,13 e do aumento de 0,3 % para as restantes remunerações com efeitos a 1 de janeiro de 2020, de acordo com o Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de fevereiro;
 - b) Do pagamento do diferencial remuneratório decorrente das regularizações efetuadas no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP);
 - c) Das diferenças de remuneração decorrentes de alteração de categoria na carreira docente universitária e na carreira docente politécnica, na sequência da abertura de concursos de promoção realizados ao abrigo da Lei de Execução do Orçamento de 2019, concluídos em 2020, respetivamente para 3 vagas de catedrático, 6 vagas de professor associado, 7 vagas de professor coordenador. Acresce ainda 1 vaga para catedrático, que foi preenchida após concurso documental internacional;
 - d) Da contratação de investigadores doutorados no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016 de 24 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho (diploma que estimula o emprego Científico e Tecnológico) e investigadores ao abrigo de projetos financiados (Programa Horizonte 2020 – Ação Marie Curie);
 - e) Das diferenças de remuneração decorrentes da integração de docentes, respetivamente na categoria de professor auxiliar e na categoria de professor adjunto, ambos em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, ao abrigo dos regimes transitórios, respetivamente do Estatuto da Carreira Docente Universitária (Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto, na sua redação atual) e Estatuto da Carreira Docente Politécnica (Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto e Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, nas suas redações atuais);
 - f) Da alteração de remuneração decorrente do reposicionamento em novo escalão, após obtenção do título de agregado por 3 professores auxiliares;

Considera-se ainda que o facto de em 2018 e 2019 se ter procedido ao pagamento das valorizações e acréscimos remuneratórios derivadas das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório de forma faseada, enquanto que em 2020 os pagamentos são efetuados a 100%, contribuiu para o crescimento dos encargos com a remuneração base, face ao ano anterior.

- 2) A ausência de prémios de desempenho;
- 3) Ligeiro acréscimo nos encargos com suplementos, devido ao pagamento do abono de mobilidade e do abono familiar a uma investigadora contratada no âmbito do Programa da Comissão Europeia Horizon 2020 - Marie Slodowka Curie Actions [2];
- 4) Decréscimo acentuado dos encargos com o trabalho suplementar e com trabalho normal noturno, na sequência da diminuição das horas efetuadas, devido ao encerramento temporário da Universidade e ao decréscimo das atividades letivas presenciais, aquando da reabertura;

¹⁰ Nesta rubrica estão incluídos o Subsídio de Férias e o Subsídio de Natal.

- 5) Ligeiro aumento dos encargos com o trabalho por turnos, devido ao aumento da remuneração base e à redução das ausências dos trabalhadores a auferir mensalmente este abono;
- 6) Diminuição acentuada das despesas com ajudas de custo. Os encargos com ajudas de custo respeitam maioritariamente a atividades de investigação (reuniões de acompanhamento de projeto, trabalho de campo, participação em conferências e Workshops), as quais diminuíram consideravelmente, devido à pandemia COVID 19, uma vez que muitas destas atividades passaram a ser realizadas por videoconferência e as deslocações estiveram suspensas entre março e maio [3];
- 7) Ligeiro aumento dos encargos com despesas de representação justificado pelo provimento, a meio do ano, de um dirigente intermédio de 2º grau;
- 8) O valor dos encargos com o abono para falhas e com o suplemento de secretariado manteve-se inalterado relativamente ao ano anterior;
- 9) Aumento do valor da rubrica de Outros Encargos com pessoal em 41,37% (100.286,23€, em termos absolutos) [4].

O somatório dos encargos com as saídas aumentou para 149.729,51 €, sensivelmente o dobro do valor do ano anterior (74.641,50€), correspondendo a 43,69% do total desta rubrica. As remunerações de férias não gozadas perfizeram um valor total de 113.031,53€, correspondendo a 32,98% do total dos Outros Encargos. O valor das compensações por caducidade e a falta de aviso prévio, ascendeu em 2020, a 36.697,98€, ou seja 10,71% do total dos encargos.

O somatório das despesas com colaboração técnica e formação tem o valor de 40.993€, a que corresponde 11,96% do valor dos encargos totais despendidos nesta rubrica.

Os abonos pagos aos trabalhadores a aguardar aposentação até que a pensão fosse definitivamente paga pela Caixa Geral de Aposentações perfizeram o valor de 90.680,38€, correspondendo a 26,46% do total dos Outros Encargos. O peso percentual deste valor aumentou cerca de três vezes mais, relativamente ao ano anterior (em 2019 este montante perfiz 31.490,26€), o que se explica pelo aumento do número de aposentações verificado em 2020. Também foram pagos acertos relativos a aposentações de anos anteriores.

Refira-se ainda, que está incluído nesta rubrica o montante de 61.276,04 € (correspondendo a 17,88% do valor total da rubrica), relativo a despesas com reembolsos de despesas de deslocação, as quais, embora não pertencentes ao agrupamento de pessoal - rubrica 02.02.13, foram pagas pelos Serviços de Recursos Humanos.

6.2. – Evolução dos Encargos com as Prestações Sociais

Em termos gerais, verifica-se um ligeiro acréscimo de 0,37% nas despesas com as prestações sociais.

Quadro 19
Evolução dos Encargos com Prestações Sociais

Encargos com Pessoal	Valores em Euros		Taxa de Crescimento
	2019	2020	
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	25.200,38€	31.576,86€	25,30%
Abono de Família	16.328,33€	14.228,05€	-12,86%
Subsídio por Morte	0,00€	1.307,28€	100,00%
Subsídio de Funeral	0,00€	219,96€	100,00%
Subsídio de Refeição	967.743,36€	966.845,61€	-0,093%
Outras Prestações Sociais	1.431,24€	247,92€	-82,68%
TOTAL	1.010.703,31 €	1.014.425,68 €	0,37%

Este acréscimo dos encargos com prestações sociais resulta do aumento das despesas sociais no âmbito da parentalidade, do subsídio de morte e do subsídio de funeral.

De referir que os encargos com outras prestações sociais respeitam a pagamentos com reembolso de despesas de funeral (1.307,28€) e ao pagamento de bolsa de estudo (123,96€).

6.3. Encargos com as Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social

Embora os mapas do balanço social não possuam uma rubrica específica para os encargos com as contribuições suportadas pela entidade patronal, merecem especial relevo as despesas relativas à contribuição da UAlg para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e para Segurança Social, dado o peso significativo de cerca de 8,4 milhões de euros (8.410.585,35€) no orçamento global (18,66%). Importa referir ainda que estes encargos sofreram um acréscimo de 2019 para 2020, de cerca de 141,6 mil euros, justificado, principalmente, pelo aumento dos encargos com a remuneração base.

7 – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A Universidade do Algarve continuou a trabalhar no sentido de melhorar as condições de higiene e segurança das suas instalações e equipamentos, de modo a prevenir os riscos profissionais e a promover a saúde, bem-estar e segurança de todos os trabalhadores, alunos e demais utentes.

Com a pandemia provocada pelo SARS-CoV-2, (COVID-19), houve necessidade de adotar medidas específicas que acompanhassem a evolução da doença, tendo a UAlg elaborado o seu “Plano de Contingência para o Coronavírus SARS-COV-2/COVID19”, procurando com a sua implementação, minimizar o impacto da epidemia na Universidade do Algarve, em articulação com as entidades de saúde, adotando medidas preventivas e procedimentos de controlo adequados ao nível de risco que estivessem em vigor no País, promovendo a sua ampla divulgação pela comunidade académica.

O valor aplicado pela Universidade do Algarve, na implementação de medidas para melhorar as condições de segurança e saúde no trabalho totaliza 759.095,22€, distribuídos da seguinte forma:

- Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho: foi considerado o valor pago ao Instituto Ricardo Jorge, para proceder à análise da presumível existência de Amianto e Avaliação da Contaminação do Ar por Fibras no Edifício 33, Campus da Penha. Foram ainda incluídos neste item os encargos com as medidas de autoproteção referentes ao edifício 4 - Campus de Gambelas.
- Equipamento de proteção: foi considerado o valor pago para a aquisição de bens e equipamentos de proteção individual, como por exemplo extintores, botas de segurança, óculos, arnês, além de todo o material adquirido para efeitos da implementação do *“Plano de Contingência para o Coronavírus SARS-COV-2/COVID19”* designadamente doseadores de gel desinfetante, dispensadores de papel, termómetros digitais, barreiras acrílicas, máscaras comunitárias, luvas, desinfetantes entre outros
- Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais: foram considerados os encargos com contratos de gestão, inspeção e manutenção de equipamentos de trabalho, de sistemas de deteção e de segurança contra incêndio de redes e instalações, empreitadas para melhoria das condições térmicas, de ventilação e de iluminação dos espaços de trabalho, instalações sociais e de bem estar, limpeza de todas as instalações e espaços exteriores e respetiva gestão de resíduos, por forma a garantir as medidas de prevenção, higiene, segurança a trabalhadores/alunos que utilizam e acedem às instalações da Universidade do Algarve, incluindo pessoas com mobilidade condicionada.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Balanço Social de 2020 revela um acréscimo de mais 28 efetivos, em termos absolutos do número de efetivos, comparativamente ao ano anterior, correspondendo a um crescimento de 2,25%, sendo este determinado pelo aumento do número de docentes adstritos ao ensino universitário, aos não docentes e aos investigadores. Só os docentes do ensino politécnico é que tiveram uma tendência contrária, de decréscimo.

No que concerne ao pessoal docente verificou-se um acréscimo de 14 efetivos em termos absolutos. Não obstante, este aumento consubstanciou-se num decréscimo real de menos 7,105 ETIs.

No que se refere às saídas operadas em 2020, verificou-se tal como o ano anterior que o principal motivo consistiu na caducidade (65,4%), seguido da aposentação (20,3%, incluindo 2 casos de aposentação por limite de idade), da denúncia (5,3%) e da mobilidade interna entre serviços (4,5%).

No que concerne à assiduidade dos trabalhadores, o número total de dias de faltas ao trabalho aumentou em 6,96%, relativamente ao ano de 2019. De salientar que esta é uma realidade que se vem mantendo no último triénio. A doença é o motivo que mais dias de faltas gera (69,24%), não obstante ter existido em 2020 um ligeiro decréscimo nos dias de faltas por doença relativamente ao ano anterior. Este decréscimo foi compensado pelo aumento de

35,89% nos dias não trabalhados por motivo de parentalidade. Esta ausência consubstanciou 24,48% do número total de faltas em 2020.

No que se refere às despesas com pessoal, em termos reais, verificou-se um acréscimo nos encargos com pessoal no montante aproximado de 557,7 mil euros, ou seja, 1,59% de aumento relativamente ao ano anterior, sendo que foi a rubrica de remuneração base a que mais contribuiu para este acréscimo (cerca de 556,2 mil euros).

No que concerne à rubrica de Outros Encargos, esta registou também registou um aumento em cerca de 100 mil euros em relação ao ano anterior, sendo que o aumento dos encargos com as saídas foi o principal motivo deste aumento (pagamento de caducidades, férias não gozadas e penões de aposentação).

A mesma tendência de crescimento também se verificou nos encargos com as prestações sociais que sofreram um ligeiro acréscimo no valor dos gastos com pessoal na ordem dos 3,7 mil euros, comparativamente com o ano de 2019, consequência do aumento dos subsídios pagos no âmbito da parentalidade, não obstante ter havido uma ligeira diminuição nos valores das rubricas de subsídio de refeição e de abono de família.

De salientar que as contribuições da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações e a Segurança Social mantêm um peso muito significativo nas despesas de pessoal, cerca de 8,4 milhões de euros, no volume dos encargos totais (18,66%). Estes encargos sofreram um ligeiro acréscimo (cerca de 141,6 mil euros mil euros), resultado, principalmente, do aumento dos encargos com a remuneração base.

ANEXOS

Quadros do Balanço Social